



Universidade de Brasília

Instituto de Ciências Humanas

Departamento de História

MATEUS SGAMBATO LIMA

**A Bahia dos coronéis:
dos Partidos Políticos as lutas facciosas na Primeira República**

Brasília

2024

MATEUS SGAMBATO LIMA

Banca examinadora

Prof.º Doutor Luiz Paulo Ferreira Noguerol

Orientador

Prof.º Doutor Kelerson Semerene Costa

Membro

Prof.º Doutor Albene Miriam Menezes Klemi

Membro

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do grau de licenciado em História.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Luiz Paulo Ferreira Noguerol

Brasília

2024

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a minha família, em especial, minha mãe e irmã, mulheres da minha vida, pelo encorajamento em escolher o curso de História sabendo dos desafios da profissão. Sem elas não teria feito as escolhas e seguido os caminhos que me levariam onde estou. O caminho até aqui não foi fácil, mas os desafios são colocados e enfrentados com persistência e dedicação, desde o início quando resolvi entrar no agronegócio na UnB, um momento da minha vida de aprendizado ao longo de 2 anos na parceria com meu grande amigo Aluan Faria, uma amizade que nasceu lá em 2015 e continua até momento presente. Agradeço da mesma forma o convívio e a amizade do meu amigo que carrego desde os tempos do agronegócio, o Carlos Vinícius.

Agradeço aos amigos/a que pude conhecer no curso de História, Matheus, Pedro Paulo Tominaga, Vinicius (Xaropinho), Caio e Isadora, sem essa galera nada seria o mesmo, agradeço a todos eles.

Aos professores que tive contato no curso de História, prof. Kelerson Semerene Costa, pelas aulas iniciais no curso e pela admiração que tive como professor e historiador. Professora Ione de Fátima Oliveira, já aposentada, porém uma referência para mim. Prof. Cláudia Brochado pela simpatia e pelo conhecimento nas aulas que embora fossem da disciplina de medieval puderam me ajudar. Prof. Marcos Aurélio, professor querido e simpático aos seus alunos. Por último, prof. Luiz Paulo Ferreira Nogueiro, meu orientador e professor, agradeço pelas sugestões, dicas, a paciência, por ouvir e ser tão querido e receptivo aos seus orientandos, admiro como professor, orientador e pesquisador, meus agradecimentos eternos pela pessoa que é.

RESUMO

A presente monografia analisa o contexto político baiano da formação dos partidos políticos na Primeira República e sua relação com os coronéis do sertão e do litoral. A fragilidade política e a instabilidade proporcionaram um ambiente de desordem e caos na Bahia que acometiam duramente os partidos conflagrando disputas internas resultando em cisões e, conseqüentemente afetando a relação com facções do poder local que dependiam do governo estadual no elo que foi comumente denominado compromisso coronelístico.

As relações entre governo estadual e coronéis produziu na Bahia interesses conflitantes criando um ambiente de hostilidades na medida que os projetos de poder não homogêneos acirravam a disputas internas e as rivalidades regionais. A fraca estrutura partidária contribuiu para a situação que encontrou a política baiana, partidos eram constituídos e desfeitos e o governo central pouco aderiu as modificações, tendo que lidar com revoltas insurgentes nos anos iniciais da república.

A temática regional é objeto de pesquisas por pesquisadores que buscam aprofundar na complexa relação entre a política partidária na Bahia e sua relação com os coronéis. A diversidade regional e de interesses ainda é um desafio para quem estuda a temática por haver uma sucessão de fatos e mudanças até o caso do Bombardeio da capital, ainda pouco trabalhado e levado ao esquecimento pela historiografia nacional com trabalhos mais recentes sobre o evento.

Palavras-chave: Bahia – Coronéis – Partidos Políticos – Regionalismo – Bombardeio.

ABSTRACT

This monograph analyzes the Bahian political context of the formation of political parties in the First Republic and their relationship with the colonels of the hinterland and coast. Political fragility and instability provided an environment of disorder and chaos in Bahia that hit the parties hard and sparked internal disputes resulting in splits and, consequently, affecting the relationship with local power factions that depended on the state government in what was commonly called compromise. coronelistic.

The relations between the state government and colonels produced in Bahia had conflicting interests, creating an environment of hostilities as non-homogeneous power projects intensified internal disputes and regional rivalries. The disputed party structure contributed to the situation that Bahian politics found itself in. Parties were formed and disbanded and the central government barely adhered to the changes, having to deal with insurgent revolts in the initial years of the republic.

The regional theme is the subject of research by researchers who seek to delve deeper into the complex relationship between party politics in Bahia and its relationship with the colonels. The regional diversity and interests are a challenge for those who study the subject because there is a succession of facts and changes until the case of the Bombing of the capital, still little studied and forgotten by national historiography with more recent works on the event.

Keywords: Bahia – Colonels – Political Parties – Regionalism – Bombing.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1. CAPÍTULO 1 – Estrutura e funcionamento do Coronelismo	8
1.1 Das milícias armadas no Império ao sistema coronelístico na Primeira República.....	11
1.2 O Coronelismo na Bahia: um sistema de domínio oligárquico.....	12
1.3 Sertão x Litoral: Embates armados e controle regional.....	16
2. CAPÍTULO 2 – As disputas de poder na Bahia (1890-1907): projetos políticos e lutas intrapartidárias.....	19
2.1 Lutas e rivalidades no cenário político baiano.....	19
2.2 O Personalismo na política: a polarização PRB x PRD.....	33
3. CAPÍTULO 3 – Eleição presidencial de 1910 – A Política das Salvações	38
3.1 A política salvacionista	38
3.2 Os intervencionismos estaduais	41
4. CAPÍTULO 4 – O Bombardeio da Bahia	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	53

INTRODUÇÃO

A Proclamação da República, a 15 de novembro de 1889, a Bahia deixará de ser uma província tornando-se um estado da federação. A instabilidade do regime republicano parecia ter migrado em tudo que podia para a Bahia. A frágil situação partidária dos anos iniciais da República implicaria em continuísmos e cisões recrudescidas pelas disputas regionais entre as facções coronelísticas.

Na Bahia, o coronelismo encontrou sua máxima expressão de atuação tanto no litoral quanto no sertão, produzindo laços de fidelidade e lealdade reforçados pela inoperância de uma autoridade formal quase sempre incapaz de atuar com a força que lhe competia nas mais diversas regiões. Essa frágil presença do governo, era tudo o que os principais grupos ou facções precisavam para estabelecer a dominação ao custo que fosse fortalecendo suas alianças e formando verdadeiras redes de poder hierarquizadas que, conjugadas aos interesses de barganhar, mantinham um “Estado” dentro de um estado governamental, configurando assim verdadeiros protagonistas nos respectivos estados. Tal protagonismo não supunha a homogeneidade de projetos nem ausência de conflitos.

A instabilidade política e a frágil situação partidária encontradas na Bahia foram produtos, por um lado, da falha ao tentar se estruturar um sistema político partidário forte de base sólida como visto nos PRs de outros estados (PRM/PRP/PRR) e, por outro, a baixa diversidade da atividade econômica acentuada pelas disputas internas entre as facções políticas não atraía os principais grupos econômicos do estado. A ineficiência desses dois fatores contribuiu, mas não somente, para os desdobramentos vistos com o bombardeio da capital da Bahia pelas forças federais em 10 de janeiro de 1912.

As disputas de poder entre as facções intrapartidárias e a oposição nos tempos dos coronéis da Primeira República é o objeto desse estudo. As relações complexas, desenvolvidas entre os atores nesse cenário caótico em meio a desordens e hostilidades, não desfavoreceu a relevância baiana no cenário nacional. O protagonismo baiano é evidente em toda a Primeira República, a exemplo da ocupação dos cargos federais por políticos baianos.

Nos próximos capítulos, aprofundarei a temática, iniciando com os fundamentos e a estrutura do coronelismo. No segundo capítulo abordarei as disputas partidárias e intrapartidárias, tão logo no terceiro o contexto da intervenção baiana com a política das Salvações, encerrando com o fatídico bombardeio da capital, marcando profundamente a história política da Bahia.

CAPÍTULO 1

Estrutura e funcionamento do Coronelismo

O coronelismo é sem dúvida um traço original e marcante na história da vida política, social, e econômica da República. Enquanto fenômeno, expressa a mais profunda contradição e ambiguidade por meio de um sistema político capaz de existir entre dois mundos, o público e o privado, vivendo segundo os moldes de uma constituição liberal, a carta constitucional de 1891, e exercendo o poder privado e o mando.

Esse fenômeno, gestado na colônia, incorpora uma face mais robusta e concreta durante o período compreendido entre 1889 e 1930, a Primeira República, consagrada *Coronelismo*. Primeiramente, o uso da terminologia é empregado para conceituar determinado evento no tempo e espaço, logo, diferenciando de outras formas de mando e práticas vistas como formas predecessoras e embrionárias do Coronelismo: o mandonismo, o filhotismo, e o clientelismo¹. Surgido nos moldes de uma sociedade patriarcal e fundada no agrarismo, o coronelismo selaria os laços capazes de unirem o poder econômico e o prestígio, este último, adquirido pelo coronel conferindo a ele e aos oligarcas o respectivo sucesso como senhor absoluto.

Há que não se confundir coronelismo e mandonismo como práticas homônimas. Deve-se isso a falta de uma terminologia concisa para o fenômeno que é datado e temporal, não confundindo com outras práticas de mando que atravessam história. Para Victor Nunes Leal em sua obra, *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*, os resquícios do poder privado encontram no coronelismo mais do que uma forma de sobrevivência, uma manifestação do poder privado, uma adaptação, segundo ele:

Como indicação introdutória, devemos notar, desde logo, que concebemos o “coronelismo” como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante

¹ O clientelismo é a forma desenvolvida do coronelismo no sistema de reciprocidade.

poder privado tem conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa. (LEAL, 2012, p.43-44).²

São os resquícios do poder privado sintetizados no mandonismo, forma de poder comum a várias sociedades e épocas, e no nosso caso, surgido na colônia como manifestação de poder privado, que encontra no império condições de sobrevivência que fortalecem o instrumento de mando e dominação. Com a chegada da República, um novo fenômeno surge, o coronelismo, dotado de características que dinamizam o processo político dando ritmo e celeridade as relações que, a partir desse momento, passam a se processar dentro da política dos governadores, uma tentativa do governo Campos Sales (1898-1902) de viabilizar o apoio necessário ao desenvolvimento das ações do governo federal. Para obter êxito e contar com o apoio estadual focado no município, buscou-se dar os passos necessários para estabelecer uma política de conciliação dando aos estados, autonomia que outrora se mostrou tão rara durante todo o Segundo Império.

A rotatividade dos presidentes de província era algo frequente durante o Segundo Reinado. Isso impedia de antemão que as autoridades nomeadas ao cargo pelo imperador pudessem criar relações mais próximas e fraternas com os potentados da província, interferindo e atuando, dessa forma, nas relações de poder estabelecidas. O objetivo das indicações dos presidentes de província era manter bem articuladas as relações entre o governo central e o poder privado local. Nesse sentido, na obra *“O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo oligárquico”*, há um artigo, da historiadora Maria Efigênia Lage de Resende que explicita bem a função exercida pelos presidentes de província e sua relação com interesses privados locais. Segundo a autora:

Os presidentes das províncias são políticos de confiança dos ministérios do império, passíveis de remoção a qualquer tempo. Eles devem trabalhar para manter bem articulados os interesses do império com os interesses dos grupos de poder privado local, cuidando ao mesmo tempo para evitar que algum deles se sinta preterido em função do outro. Cabia ao presidente de província indicar os ocupantes da mais alta patente da guarda nacional, instituição que agrega os interesses entre o centro e a periferia.³

Embora as relações entre poder central e o poder privado local fossem tangidas, às vezes, em algumas situações, por desacordos entre o presidente de província e o poder privado, manter uma articulação política eficiente seria favorável aos interesses do império, da província, e das chefias

² NUNES LEAL, Victor. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. 7ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, pp.43-44.

³ RESENDE, Maria Efigênia Lage de. **O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico**. In: Jorge Ferreira, DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo oligárquico: 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

locais. Esse jogo de barganha de interesses não é um fenômeno novo na vida política, é uma prática histórica que permanece viva entre nós.

Considerando as transformações processadas durante a segunda metade do século XIX, com as modificações na estrutura socioeconômica que definiriam novas relações de trabalho e produção, acrescido da continuada expansão do café, as relações de poder nos rincões do interior se manteriam intactas e persistiriam como uma erva daninha incapaz de ser tratada. Uma vez acomodada, alcançaria efeitos nocivos ainda mais perversos com o federalismo na República.

Apesar da passagem de regime, do Império para a República, a estrutura econômico-política se mantinha assim como persistia a figura dos coronéis, o elo necessário ao jogo político da jovem republica nascida em 1889 e elemento polarizador dos interesses nas mais diversas esferas de atuação.

A estrutura e o funcionamento de um sistema complexo de poder que atuava nas mais diversas esferas dependiam da figura abastada do coronel, o elemento central, que organizava os indivíduos no espaço social definindo parâmetros hierárquicos de obediência e lealdade, compromisso e trocas. Esses seriam alguns dos aspectos presentes nos vícios que tal fenômeno produziria sobre a vida sócio-política republicana. Um traço fundamental e peculiar não menos importante, e que se apresenta como força motriz para a ação coronelística era a capacidade do fenômeno de se manifestar nas regiões onde havia problemas de comunicação e onde o exercício da autoridade era precário.

A estrutura e o funcionamento do coronelismo, enquanto estrutura política, se definia sob três formas, caracterizadas segundo Jean Blondel, agudo especialista sobre sociologia política com ênfase nos estudos sobre a estrutura coronelística no caso da Paraíba. Seriam elas:

primeiramente o mando pessoal, em que o coronel “domina através de um sistema bem organizado de cabos eleitorais que vão ser os eleitores, transmitem as ordens e os enquadram no dia da eleição”⁴. Em seguida o chefe político dominando indivíduos também em nível e poder, as quais por seu turno, dominam o eleitorado -, forma indireta de poder do ponto de vista do chefe mais elevado, que o torna menos absoluto do que no primeiro caso, uma vez que neste último o chefe não tem certeza total de que recolherá todos os votos Finalmente há também a dominação colegial em que “cada membro da família domina uma zona, mas, como esta permanece unida e como não tem um chefe marcante, a dominação é mais aristocrática do que monárquica” neste caso quase todos os postos locais, médicos, juizes, tabeliães, algumas vezes padres e naturalmente deputados, estão nas mãos de gente pertencendo ao grupo familiar.

⁴ BLONDEL, Jean. **As condições da Vida Política no Estado da Paraíba**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1957.

A estrutura coronelística não é monolítica e uniforme, assim como, não deve reduzir seu funcionamento e estrutura a uma fórmula geral que dê conta de explicar o fenômeno, não se atentando, as minuciosas análises desse sistema conforme as características regionais, segundo a formação social, política e econômica. Não conferir pluralismo ao coronelismo, considerando que se fale em “coronelismos” é minimizar os efeitos regionais que moldaram aspectos em comum e outras distinções. A decadência do poder do coronel na segunda metade do século XIX leva a surgir, como necessidade, o compromisso dele com o governo estadual. Essa relação de gosto e contragosto marca o elo inicial que envolveria o sistema coronelístico como um todo.

1.1 Das milícias armadas no Império ao sistema coronelístico na Primeira República

O coronelismo, enquanto sistema de domínio oligárquico, tem seus primeiros sintomas mais precisamente a partir de 1831, com a criação da guarda nacional⁵, instituição imperial criada com a finalidade de funcionar como um braço do Estado, uma força militarizada, buscando promover o estabelecimento da ordem e o respeito às leis. Exercia também a função de aparato policial nos rincões mais afastados do centro de poder onde o Estado Imperial não chegava, atuando no sufocamento de possíveis revoltas e garantindo estabilidade e ordem pública nas províncias.

Esse era o papel desempenhado inicialmente pela Guarda Nacional, obra miraculosa da regência (1831-1840) e, sob os votos do padre Diogo Antônio Feijó, constituía uma estrutura de poder fundada na hierarquização do mais baixo ao mais alto posto (o de “Coronel”) comporia um forte aliado para a unidade política do regime e era correspondente legítimo da estrutura socioeconômica em todas as regiões do país.

Os postulantes a ingressar na guarda teriam que cumprir alguns requisitos, entre eles, ter prestígio, posses, e renda, essa última era condição máxima para o ingresso na guarda assim como os títulos concedidos seguiam uma hierarquia daqueles que gozavam de mais ou menos poder econômico e de prestígio. Esse estereótipo institucional persistiu com a concessão dos títulos, mais precisamente, um título, o de Coronel, até o início da República quando é desfeita.

Nesse sentido, quanto à instituição Guarda Nacional, Maria Isaura Pereira de Queiroz, socióloga e uma referência para os estudos sobre mandonismo local, apresenta no seu artigo,

⁵ A Guarda Nacional (1831-1922) foi uma organização burocrática do estado imperial atuando na defesa, na liberdade e integridade do império onde o estado imperial pela sua autoridade formal não chegava.

intitulado “*Coronelismo numa interpretação sociológica*”, um trecho específico realçando os aspectos e funcionalidades da Guarda Nacional.

Segundo Maria Isaura Pereira a Guarda Nacional:

Apesar da passagem do Império a República, a estrutura econômica-política persistia, e com ela persistiam os “coronéis”, apelação que datava já do Império. De Onde vinha esse título marcial? Haviam-se originado dos títulos da Guarda Nacional, criada pouco depois da independência para defender a constituição, auxiliar na manutenção da ordem prevenindo as revoltas, promover o policiamento regional e local. Todos os habitantes livres do país se integravam nos diversos escalões da Guarda Nacional; os chefes locais mais prestigiosos automaticamente ocupavam nela os postos mais elevados, eram os “coronéis”; seguindo-se nos postos majores, capitães e outros chefes não tão importantes, tendo sob suas ordens todos aqueles que não tinham meios de ocupar melhores posições.⁶

1.2 O Coronelismo na Bahia: um sistema de domínio oligárquico

Coronelismo e Oligarquia(as) são dois fenômenos sociopolíticos distintos quanto a organização e forma de atuação, residindo, ainda assim, nos dois, um sentido comum, a manifestação do poder privado pelas classes dominantes, argumento ímpar na análise de Victor Nunes Leal. Segundo ele, o coronelismo como sendo apenas o exercício do poder discricionário, erroneamente deixa ao largo a versatilidade do fenômeno e seus aspectos sociopolíticos e culturais.

Ao tratar da manifestação do poder privado da classe dominante, Leal insiste equivocadamente na visão tradicional e simplista do coronel como sendo um proprietário de posses cujo prestígio é adquirido pela legitimidade e aceitação baseados no seu status, de grande latifundiário, senhor absoluto nos seus domínios e isolado de tudo e todos, reforçando o monolitismo do coronelismo.

Esse simplismo na abordagem se caracteriza por um lado pela tentativa de construção da imagem do coronel, primeiramente, como um grande latifundiário cuja força advém da posse da terra, a base e a origem do poder econômico que detém, por outro, cercado de uma parentela e aliados formando verdadeiro clãs.⁷ Acerca dessa visão, a colaboração de José Murilo de Carvalho e sua abordagem, descritos em um verbete sobre o coronelismo, é significativo.

Segundo José Murilo:

Da visão simplificada do coronel como o grande latifundiário, cercado pela parentela, isolado em seus domínios, senhor absoluto de coisas e gentes, emerge

⁶ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Coronelismo numa interpretação sociológica**. In: FAUSTO, Boris (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**: 8º ed. Rio de Janeiro: Tomo III, Volume 8, Bertrand Brasil, 2006, p.1.

⁷ Agrupamento organizado de indivíduos unidos por vínculos de sangue, matrimônio e prestígio.

agora panorama mais diversificado em que se fala de tipos ou graus de coronelismo (Eul-Soo Pang e Maria Isaura Pereira de Queirós). Assim como há o coronel grande proprietário rural, pode haver também, segundo os novos estudos, mandões que constroem seu poder através da atividade comercial, da indústria, ou mesmo do exercício da profissão liberal e do sacerdócio. O isolamento também é questionado, especialmente no caso dos coronéis comerciantes e industriais. Alguns coronéis baianos envolviam-se diretamente no comércio de exportação, tendo seu poder afetado por acontecimentos internacionais como a descoberta de diamantes na África do Sul.⁸

Essa simplificação é questionada pelos trabalhos posteriores ao clássico de Victor Nunes Leal, *Coronelismo, enxada e voto*, em Maria Isaura de Pereira de Queiroz e Eul Soo Pang, quando ambos ousam falar em tipos e graus de coronelismo.

Indiscutivelmente, os trabalhos dedicados ao estudo do coronelismo como Ibarê Dantas, *“Coronelismo e dominação”*, o verbete sobre o *“coronelismo”* do CPDOC com a colaboração de José Murilo de Carvalho, Paul Cammack o *“coronelismo”* e o *“Compromisso coronelista”*, Maria Isaura Pereira de Queiroz *“Mandonismo local na vida política brasileira”*, o clássico: *“Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro”* Raymundo Faoro, mostram um coronelismo regional diverso, às vezes, dentro de um mesmo espaço geográfico com interesses de classe conflitantes e posições de desprestígio quanto ao governo da situação, impossibilitando acordos e abrindo espaço para confronto aberto, exemplo flagrante são os coronéis da Bahia.

Se a ideia do compromisso é a síntese definidora do coronelismo e elo que surge do enfraquecimento do coronel que vê na necessidade de negociar uma maneira de manter seu status na estrutura de poder, os governos estaduais vão desempenhar nesse processo um avanço para os interesses das chefias locais e uma boa oportunidade para o controle dos meios públicos ocupado pela parentela do coronel e por seus apaniguados.

Essa é a lógica central que permeia a experiência coronelística no Brasil republicano, precisamente, nos primeiros 40 anos, modus operandi da vida política processada na troca de favores e no jogo de interesses que ora se mostra conflitante com os objetivos de um determinado coronel ora se mostra vantajoso para ele, especialmente se o ritmo do jogo político envolver todos os atores e níveis da política municipal, estadual e da federação.

Não seria exagero dizer, de pronto, que as relações coronelísticas dependem da capacidade e habilidade de seus atores. Para isso, o equilíbrio em manobrar e contornar interesses os mais diversos,

⁸ *Coronelismo*. In: Dicionário histórico-biográfico brasileiro. Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas. <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbetes-tematicos/coronelismo>.

e até conflitantes, é o cerne para a troca de favores em benefício do coronel entre estado e município e entre estado e federação.

Diante dessa capacidade hábil de fazer favores, é conferido ao coronel no município o título informal de chefe político local⁹. No seu reduto, ele manda e desmanda e abusa de poder. É, também, onde ele cria laços socioeconômicos de dependência com seus agregados que necessitam da proteção do chefe para sobreviver e ter um meio de vida. A supremacia de um homem só, que atrai para seu domínio seus agregados e dá eles alguma proteção, e mais que isso, trabalho e subsistência, é virtude que permite ao coronel o controle social.

Na Bahia, o coronelismo do tipo familiarocrático¹⁰, o mais comum, floresceu, vivenciou, e foi oportuno com a persistência de uma estrutura socioeconômica e agrária que se firmara como condição sine qua non para o desenvolvimento das relações de poder.

Através da carta constitucional de 1891, que garantia aos estados a organização dos municípios e distritos, viu-se um momento oportuno diante do coronel de exercer o prestígio que tanto almeja, o político. Como chefe municipal, controlava o voto com apoio de intermediários que ligavam a massa votante ao coronel indiretamente assim como o alistamento dos eleitores. Vale ressaltar, como já dito, que o coronelismo se manifesta nas regiões onde há problemas de comunicação e de autoridade.

Com o recém-inaugurado regime republicano, a Bahia se mostrará bem acomodada à influência política dos coronéis cujos negócios e interesses iam além da política, formando verdadeiras redes integradas interestaduais de comércio e alianças. O exemplo mais notório é o dos coronéis do norte da Bahia, zona de influência do Barão de Jeremoabo¹¹.

Primeiramente, as zonas de influência geoeconômica dos coronéis eram cruciais para a dinâmica do coronelismo baiano e indispensável nas relações mais ou menos desenvolvidas com o governo estadual, tanto para o adesismo quanto para a simpatia com a situação. As quatro grandes regiões da Bahia, norte, recôncavo, sul e, respectivamente, a capital, diferiam pelas ramificações econômicas de atuação e eram controladas pelos interesses de cada área.

⁹ Chefia política, mandão local, e coronel, são expressões que variam no tempo histórico cuja terminologia não expressa o mesmo significado.

¹⁰ Coronelismo, tipo familiarocrático, reside na forma mais comum vista na experiência coronelística baiana

¹¹ Barão de Jeremoabo (1838-1903) ou Cícero Dantas Martins foi um político, industrial e latifundiário e membro do Partido Conservador no Império.

Na obra de referência sobre o coronelismo na Bahia entre 1889 e 1930, *Coronelismo e oligarquias*, Eul Soo Pang, analisa as zonas de domínio coronelístico, cada qual controlada por interesses econômicos específicos. Segundo Eul soo Pang:

Primeiro, a capital e a área adjacente – Recôncavo e o Nordeste – continuaram a serem dominadas pelas famílias tradicionais do açúcar, estabelecimentos comerciais e financeiros, e criadores de gado. O clã Costa Pinto chefiado pelo visconde da Oliveira, e o clã Araújo Pinho dominavam a política de Santo Amaro. O Barão Assu de Torre, um chefe liberal, dominou Mata de São João e seus arredores até 1920. O terceiro, Barão de São Francisco, ex-presidente liberal da Bahia e defensor dos interesses açucareiros, tornou-se o primeiro intendente republicano no reduto do clã, São Francisco do Conde. No início da década de 1910 o barão viria a ser presidente do senado estadual. Em outros municípios de agricultura comercial, as principais famílias monárquicas de proprietários de terras continuaram a dominar: Nazaré permaneceu feudo da família José Marcelino, enquanto cachoeira tornou-se domínio político do clã Prisco Paraíso. Do outro lado do Rio Paraguaçu, em frente a Cachoeira, o clã dos Tosta dominava São Félix. Enfim os nomes importantes da política baiana durante a Primeira República e, até certo ponto, mesmo depois de 1930, vieram da capital e dos municípios do Recôncavo, o mais antigo centro econômico do Brasil. Os Araújo Pinho, os Calmon, os Mangabeira, os Prisco Paraíso, os Costa Pinto, os Tosta, os Moniz, os Aragão e os Vilas Boas representavam os clãs econômicos tradicionais da capital e da região adjacente.¹²

Esses são alguns dos redutos coronelísticos das principais figuras políticas baianas durante a Primeira República, verdadeiros potentados locais que controlavam tais redutos de acordo com os respectivos interesses oligárquicos. As elites ou frações desta, percebiam no novo regime um desprestígio por parte da política da federação, embora seja importante salientar que há uma mudança qualitativa com o coronelismo na Bahia, pois antigos interesses se tornam presentes no novo momento assim como novos grupos de pressão surgem mediante um cenário de turbulência política.

¹² PANG, Eul-soo. **Coronelismo e oligarquias, 1889-1934: A Bahia na primeira república brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, pp. 70-71.

1.3 Sertão x Litoral: Embates armados e controle regional

O poder privado no Brasil é parte integrante do nosso processo histórico desde o período colonial. Essa forma de poder se manifesta na colônia sob o jugo do mandão local, indivíduo cujo poder econômico confere status e a base para sua legitimação no corpo social. A ele, são delegados superpoderes a fim de controlar, fiscalizar e exercer tarefas consideradas, a grosso modo, extralegais. Essa prática é aceita pela administração colonial pois descentraliza o poder concedendo a esses personagens a tarefa que o poder colonial não é capaz de realizar, que é estar presente nos espaços mais afastados onde inexistia a presença de uma autoridade formal constituída.

Uma vez instituído o poder privado nas regiões mais longínquas, o exercício do mando e da dominação vem à tona, fazendo do mandão, em seu reduto, senhor absoluto das terras e das gentes. Nada é contra ele; tudo é a favor dele. Ele abusa de poder e utiliza como instrumento de coerção a violência, uma constante no mundo colonial. Ele assume no republicanismo a feição dos coronéis. Como objeto de análise, é importante salientar que a ação dos coronéis na República nem sempre estava baseada no uso da violência como recurso para impor obediência e submissão. No caso baiano, isso se mostra mais evidente, já que é possível falar em tipos de coronéis.

Dos tipos de coronéis - proprietários de terra, coronel burocrata, coronel industrial, coronel comerciante, coronel-padre - são exemplos que reafirmam formas e características distintas no modo de se analisar o fenômeno do coronelismo. Não reduzindo apenas à visão simplista do latifundiário e tendo seu poder baseado na posse da terra, erroneamente tratado como tal ainda por muitos autores. Alguns dos exemplos mais notórios são o padre Cícero, o coronel padre, pertencente a categoria que Eul soe Pang define como tipo de coronelismo ocupacional; Pinheiro Machado, no Rio Grande do Sul, pertencente ao coronelismo burocrático; Antônio Pinto Accioly no Ceará se configurava na mesma categoria de Pinheiro Machado, Horácio de Matos, Antônio Pessoa, Misael Tavares, do mesmo modo. No caso baiano, entre tantos outros que não cabem aqui nesse momento, mas que enfaticamente nos reserva uma observação ampla sobre esse fenômeno e suas características, segundo as minúcias regionais, podendo caracterizar formas de domínio e ação e o estabelecimento de relações de poder no âmbito local e municipal.

Falar em tipos de coronéis é desconstruir a uniformidade e monolitismo do coronelismo e, conseqüentemente, tão importante quanto tal desconstrução é tratar de interesses que muitas vezes são conflituosos, tanto os de ordem econômica quanto os de ordem política, abrindo espaço em algumas ocasiões, que aqui veremos, enfrentamentos armados impondo o caos e a violência.

No caso, nosso foco aqui são os embates entre as oligarquias do litoral e as do interior, assim como a relação entre essas oligarquias e o governo estadual. É necessário mencionar, para fins de compreensão e para fins de análise mais significativa, que a chegada da República não criou novos grupos dirigentes na política do estado. Pelo contrário, na Bahia estava ausente um novo grupo socioeconômico para dirigir o novo governo, persistindo características do período imperial que durariam até 1930. Um traço marcante em ambos os períodos divididos pela Proclamação da República é a disputa nítida de poder e influência entre litoral e interior.

Eul Soo Pang decifra bem esse cenário de disputas entre litoral e sertão, margeando entre controle regional, interesses econômicos e apoio estadual, Segundo Pang:

Nos primeiros quinze anos da Primeira República, a política baiana adquiriu diversas características que persistiram até o fim, em 1930: uma divisão política entre litoral e o sertão; um forte sistema de grupos múltiplos dominados por personalidades, e um alto grau de política de reflexos pavlovianos, ditada segundo o capricho do governo do Rio. A interação desses traços políticos resultou num sistema instável de governo, que por sua vez consolidou o poder das classes dominantes do sertão.¹³

A instabilidade no cenário político baiano nas primeiras décadas republicanas é resultado de alguns fatores, a exemplo da ausência de um grupo socioeconômico que surgisse para dirigir a política do estado com o novo regime e identificado com interesses de classe, o que não havia no cenário baiano, já que sua economia ainda se mostrava pouco diversificada e concentrada ainda no tabaco, no açúcar e no cacau, no sul. Esse último se mostrava em rápido crescimento com as lavouras na região de Ilhéus.¹⁴ No Norte e no Recôncavo ainda prevaleciam as antigas famílias tradicionais representadas pelos legítimos interesses agrários onde as relações com o governo estadual eram assimétricas e difíceis de conduzir. Já no Sul, coronéis como Antônio Pessoa¹⁵ e Misael Tavares¹⁶ eram os principais expoentes da zona cacauífera, a base da economia ilheense.

No entanto, Ilhéus ainda não se mostrava como região de difícil intermediação ao governo estadual, se comparado com as lavras diamantina. Aí, os coronéis, e isso valia pra todo sertão e não só pra lavras, fizeram uma tentativa descabida de consolidar o monopólio do poder regional, demonstrando claramente adversidade à política do estado. Entre 1890 e 1907 esse seria o cenário,

¹³ PANG, 1979, p. 65.

¹⁴ FALCÓN, Gustavo. **Os Coronéis do Cacau**. 2ª ed. revisada, Salvador: Solisluna editora, 2010.

¹⁵ Antônio Pessoa da Costa e Silva foi um importante coronel do cacau na primeira república, senador estadual em 1893.

¹⁶ Misael Tavares foi um coronel e latifundiário, um dos maiores produtores de cacau e considerado o “coronel do cacau”

conturbado e influente das correntes políticas com interesses adversos que levariam aos embates entre litoral e sertão.

Os políticos do litoral, tentavam de todo modo, desde o início da República, manter a ordem nos seus respectivos redutos. Já os chefes do sertão tentavam consolidar seu poder estendendo suas redes de parentela ou apoiando outros coronéis da região. Isso, em certa medida, era vantajoso para um único ator nesse processo que nada ousava fazer e só esperava o resultado da deflagração consagrando o lado vencedor, o governo estadual, que ofereceria apoio ao chefe vencedor. Já o vencido formaria uma oposição ao governo estadual, conjuntamente com outros chefes vencidos.

Essa manobra era uma tentativa de lidar com dois outros atores, a federação e o município. Para que ela tivesse êxito, a articulação e apoio ao chefe vencedor era indispensável. O governo estadual dependia do coronel porque ele era o representante local e, conseqüentemente, era quem tinha o poder de extrair votos. Entretanto, ainda que o voto fosse atribuído ao prestígio do coronel, é no compromisso com o governo estadual e com o eleitor que ele se consagra como tal. Seu apoio se traduz em troca de vantagens para os eleitores por votos, como uma mercadoria. O voto é visto como mercadoria feita para a troca, não interessando em quem se vote. Isso é irrisório, o que importa é o apoio do coronel ao eleitor e do coronel ao governo, por esse compromisso as estruturas políticas se reproduziam no Brasil.

CAPÍTULO 2

As disputas de poder na Bahia (1890-1907)

Projetos políticos e lutas intrapartidárias

2.1 Lutas e rivalidades no cenário político baiano

A política baiana ao longo do século XIX foi marcada por episódios violentos como a luta em favor da independência, somente consolidada em 1823 com a expulsão das últimas tropas portuguesas em solo baiano, as revoltas escravas insurgentes como a dos malês em 1835, e a Sabinada, ocorrida em Salvador entre 1837 e 1838, liderado por Francisco Sabino e João Carneiro da Silva.

Essa Bahia de Todos os Santos, espaço cultural diverso e símbolo vivo de nossa ancestralidade, é também palco de disputas internas entre oligarquias pelo controle regional. O cenário do caos nos anos iniciais da República é um momento da vida política baiana marcada pela desordem institucional fortalecida pela ausência de um poder estadual incapaz de agir com a força da lei e, sobretudo, lidar com projetos de poder não hegemônicos que se enfrentam no estado a ferro e fogo, apoiados pelas máquinas partidárias.

Faz-se necessário, para compreender determinados episódios e estruturas presentes na história política baiana, apresentar brevemente um percurso, especificamente na segunda metade do XIX, para melhor compreender a base de poder econômico e político dos mandões e seu declínio (até aqui o coronelismo é ausente enquanto terminologia, mas são gestados os seus primeiros sintomas)¹⁷. Primeiramente falaremos da política baiana antes do surgimento dos coronéis. Em um segundo momento falaremos do surgimento deles e as lutas regionais e, em um terceiro, da decadência do coronelismo baiano.

A Bahia, no século XIX, tinha o açúcar como o principal produto da província na pauta das exportações, seguido pelo tabaco e pelo cacau. Com as transformações ocorridas na segunda metade do século, por volta de 1850, modificações viriam a impactar a estrutura socioeconômica promovendo alterações que marcariam profundamente os interesses agrários e, conseqüentemente, o poder do mandão local e seus respectivos negócios.

¹⁷ *As metamorfoses do coronel*. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 2001.

As transformações deixariam cicatrizes que logo seriam reabertas quando do novo momento da história política baiana, coincidente com a jovem república. Se a conjuntura econômica se mostrava desafiadora aos interesses agrários, o centro sul do Brasil despontava, na segunda metade, como centro econômico e de poder com o café.

Na medida que o centro dinâmico da economia se altera, com o eixo voltado ao centro sul, a economia do café viabiliza um mercado agroexportador capaz de reter capital e pautar as exportações, contribuindo por consolidar este produto como fonte da principal atividade do País. Tal situação se manteria até as primeiras décadas republicanas, quando enfrentaria instabilidades no mercado internacional e requereria o uso de políticas de valorização do preço para sustentar a lucratividade do complexo cafeeiro. Essas transformações teriam conseqüentes impactos entre os mandões, sobretudo, com o seu enfraquecimento, cuja razão se definira por dois fatores: uma de ordem econômica e outra sociopolítica.

Quanto á natureza econômica, a baixa diversidade da atividade produtiva e a ausência de grupos com interesses comuns, interesses de classes, somou-se à conjuntura econômica que exigia novos paradigmas e, entre eles, a mudança na estrutura do trabalho. Tais alterações trariam impactos no cotidiano do patronato rural.

No que tange a política, a política baiana, na segunda metade do século XIX, antes do surgimento dos coronéis, prevalece o domínio dos interesses tradicionais do recôncavo e da capital, o açúcar, principal atividade econômica da província e a base do poder econômico e negócio de frações das elites políticas conferem aos representantes baianos no império, status e protagonismo. O poder econômico, o prestígio político, e as condições aristocráticas e de renda eram ainda reconhecidos como os critérios necessários a ascensão na política do império, entretanto, tais condições associadas ao surgimento de uma nova classe frustrariam os mandões na sua sanha por prestígio e poder acirrando a disputa política e constituindo uma ameaça aos seus interesses políticos eleitorais.

Com a República, houve a ascensão, no jogo político, de novos representantes em detrimento dos interesses tradicionais e agrários. Esses indivíduos provêm da advocacia, são profissionais liberais, engenheiros, médicos, etc. Eul Soo Pang (1979, p.46-47) observa com detalhe em sua obra “Coronelismo e Oligarquias” essa alteração no estereótipo do corpo político com a ascensão das classes auxiliares, Segundo Pang:

Entre 1850 e 1950, mudanças ocorridas no Brasil começaram a alterar a pouco funcional e altamente estratificada estrutura de classe de uma sociedade predominantemente agrária. A outrora indiscutível supremacia do senhor latifundiário da época colonial começou a se desgastar. À medida que classes auxiliares, tais como advogados, médicos, comerciantes urbanos, oficiais militares, funcionários públicos e até mesmo padres entraram na arena política, devido ao aumento de oportunidades eleitorais, a classe dominante foi obrigada a competir para manter seu eleitorado a salvo de invasores.¹⁸

Essas classes auxiliares, sabendo das oportunidades eleitorais, passam a "ameaçar" o patronato rural pondo em risco a base de poder (aqui a referência ao poder de extrair votos dos chefes) dos mandões.

Para entendermos o panorama da política baiana, de fato, nas primeiras décadas, marcada pelas disputas internas e acirramentos intrapartidários e entre situação versus oposição, devemos considerar alguns pontos. Primeiro, como as elites baianas viam a transição de regime e como isso se operou na política de um, agora, estado federativo; segundo, quais os desafios políticos impostos em que o tradicional e o novo coexistem. Terceiro, como estavam distribuídos os partidos políticos na Bahia.

Esses questionamentos são importantes para analisarmos com maior precisão o surgimento da instabilidade político-partidária e os reflexos na dinâmica econômica e nas relações de poder existentes dentro do jogo político que envolveria o estado, os municípios e o governo federal.

Acerca da transição de regime, Consuelo Novais Soares de Quadros, em sua dissertação de Mestrado intitulada "*Os Partidos Políticos da Bahia na Primeira República*", apresenta um panorama das elites baianas no alvorecer da República,

Segundo Consuelo Novais:

Somente a 17 de novembro, dois dias de proclamada a República no Brasil, a Bahia deixou de ser Província de Monarquia unitária, para tornar-se Estado de República federativa. A elite política local manteve-se alheia ao movimento republicano que, na Bahia, restringiu-a a um diminuto grupo de jovens entusiastas, liderados por Virgílio Damásio, Deocleciano Ramos, Cosme Moreira, Virgílio de Lemos, entre outros. Os políticos do Império não escondiam a repugnância que sentiam por aquelas, "subversivas ideias" de participação igualitária do povo no plano político, de nivelamento social etc.¹⁹

¹⁸ PANG, 1979, pp.46-47.

¹⁹ QUADROS, Consuelo Novais Soares de. **Os Partidos Políticos da Bahia na Primeira República**. Tese (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA. Salvador: 1973, p.1.

É notório que a elite política baiana se manteve alheia ao republicanismo na Bahia, exemplo é o fracassado movimento republicano, formado apenas por um grupo seletivo. Entre os republicanos, Virgílio Damásio foi sua maior expressão. Alguns outros jovens idealistas viam na República uma saída para transformações de cunho social e político. Essa mesma elite política monarquista e agora adesa de última hora à causa republicana não escondia sua indignação quanto ao protagonismo que a Bahia assumia no novo regime inaugurado a 15 de novembro, muito embora as instituições monárquicas assentassem sob a república a mesma base estrutural que vigorou no antigo regime, prova de que o novo vivia no passado histórico enquanto se repetiam os velhos costumes morais e comportamentais.

Uma frase resume bem as elites políticas baianas no alvorecer da República, atribuída a Pinheiro Machado “Aguardemos os fatos, só eles dirão o que temos que fazer”. Essa dissensão se mostra válida, pois essas mesmas elites que se mostravam desprestigiadas com a inserção da Bahia na política da federação ocupariam funções-chaves na administração federal. Logo, a Bahia não estava tão à mercê das ações da administração federal. No livro “*a construção da ordem e teatro das sombras*” de José Murilo de Carvalho apresenta um cenário da representação dos políticos da Bahia demonstrando a força política baiana. Segundo Carvalho,

A mudança na centralidade econômica, no entanto, não teve correspondência imediata no plano político. A Bahia ainda mantinha, no Império, uma posição política de grande relevo. Entre 1822 e 1889, foi a província com maior participação nos gabinetes ministeriais (19,16% dos ministros eram baianos), superando o Rio de Janeiro, sede da Corte (18,27%), Minas Gerais (13,25%), Pernambuco (10,05%), São Paulo (10,04%) e Rio Grande do Sul (6,39%). A presença dos baianos evidenciava-se tanto nos gabinetes liberais como nos conservadores, e era marcante nos postos mais cobiçados, como a presidência do Conselho de Ministros. Dos 30 presidentes do Conselho de Ministros nomeados de 1847, quando o cargo foi criado, ao fim do Império, 11 (mais de um terço) eram baianos.²⁰

Os políticos baianos não estavam de lado no novo cenário republicano, a exposição nacional de 1908 evidencia o prestígio da representação baiana no novo regime, contrariando o discurso das elites políticas que questionavam o desprestígio da Bahia na representação nacional. No artigo dos autores Antônio Luigi Negro e Jonas Brito, pesquisadores do departamento de história da UFBA “*Mãe parálitica no teatro das oligarquias? O papel da Bahia na Primeira República para além do*

²⁰ Carvalho, José Murilo de. **A construção da ordem**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

café-com leite” com participação de alguns deles na exposição nacional de 1908²¹. Segundo Antônio Luigi Negro e Jonas Brito:

Apesar de ter cabido à Bahia a segunda maior bancada do congresso republicano (menor apenas que a mineira, igual à dos paulistas; maior, portanto, que a dos gaúchos), a relevância de seu papel na Primeira República é comparada com sua situação privilegiada no império ou, além disto, é confrontada com o excepcionalíssimo dos paulistas: fazendeiros capitalistas, burgueses e industriais. A Bahia foi, contudo, um estado que, monarquista até a medula da escravatura, influenciou os governos republicanos. Em 1908, na Exposição Nacional, suas elites conseguiram representar este papel com desenvoltura e eficácia.²²

Severino Vieira, um dos chefes do PRB (Partido Republicano da Bahia) nascido em abril de 1849, tornar-se-ia governador do estado (1901-1904), senador e ministro de viação e obras públicas no governo Campos Sales (1898-1902). Miguel Calmon Du Pin e Almeida seria secretário de agricultura no governo José Marcelino (1904-1908) e J.J. Seabra (Joaquim José Seabra) ocupou o cargo de ministro da justiça na presidência Rodrigues Alves (1902-1906) e, subsequentemente, foi ministro de viação e obras públicas, na presidência Hermes da Fonseca (1910-1914).

Apesar da adesão à República, havia o descontentamento das elites baianas com o novo regime, dois motivos explicam a saber essa insatisfação. Embora o federalismo fosse a inovação, é no coronelismo que residia uma resistência à nova ordem por parte desses grupos políticos, que entraram em confronto com os coronéis do sertão. O coronelismo é por natureza antiliberal e autoritário. Seu cerne é um tipo de poder monopolizador. O segundo motivo está no protagonismo da Bahia na política da federação, contestada por grupos advindos do império acomodados na República que denunciavam o novo regime pelo desprestígio atribuído a antiga província, porém, no entanto, a insatisfação dessas elites constituía mais uma perda de protagonismo com ascensão de novos agrupamentos políticos que surgiam em substituição a essas antigas elites provinciais do que uma insatisfação do catete com a política baiana caótica e turbulenta.

A alteração nas relações de força, apesar dos discursos de matiz liberal, não suprimiu os coronéis, uma vez que se buscava apoio nas máquinas partidárias estaduais a fim de expandir as bases de sustentação do poder, encontrando resistência em parcelas da elite republicana, avessa ao poder desses grupos locais. Na tese de mestrado intitulado “*O Bombardeio de 1912. Disputa política e*

²¹ A exposição nacional de 1908 vigorou no centenário da abertura dos portos as nações amigas, o objetivo era apresentar a nova capital da República.

²² Negro, A. L., & Brito, J. **Mãe parálitica no teatro das oligarquias? o papel da Bahia na Primeira República para além do café-com-leite.** *Varia História*, 29(51), 2013, p. 863.

cotidiano na Bahia na Primeira República” de autoria de Hugo Santiago Mendes, apresenta-se a insatisfação das elites com o novo regime.

Segundo Hugo Santiago Mendes,

O novo cenário republicano não era visto com bons olhos por uma parcela da elite, que acusava o novo regime de esquecer toda a relevância cultural, econômica e política que o estado ofereceu para o fortalecimento da construção do estado nacional. Como podemos ler acima, uma parcela, um grupo que estava sob o risco de perder muito mais do que uma representatividade a nível nacional tão reclamada nos discursos e escritos que lembravam de forma bastante saudosista os tempos de ouro da colônia e em especial do Império. Um grupo que via com a mudança do regime a tão natural organização de novas alianças, o surgimento de novos líderes políticos, o aparecimento de um novo cenário político, onde a mudança se daria via negociação ou força.²³

Podemos chamar de aliciamento a palavra que define o jogo político na Primeira República e aglutina interesses políticos e econômicos em um mesmo plano, o das relações de compromisso coronelístico. Se a elite baiana ainda fincada nas práticas do período monárquico e nos mecanismos comportamentais de então se mantém alheia em determinados momentos, os coronéis veem na política dos governadores uma oportunidade de manter e expandir suas bases de poder, e aqui me refiro tanto aos coronéis do litoral quanto os do sertão, pois ainda que mudem as áreas em que estão distribuídos seus interesses regionais e suas alianças, permanece algo intrínseco a todos eles, a maior ou menor dependência do governo do estado.

Nesse aspecto, a Bahia é um caso interessante em virtude de um detalhe, a instabilidade do regime republicano é também a instabilidade político-partidária dos primeiros quinze anos da República. Um dos sintomas é a fragilidade partidária e a incapacidade de unidade, tornando a dissidência interna dos partidos algo recorrente. Isso era algo constante na arena política, o que contribuía para o mix entre caos político e luta pelo poder entre personalidades que buscavam consolidar uma máquina partidária para chamar de sua.

Consuelo Novais Sampaio é uma referência nos estudos sobre os partidos políticos na Primeira República. Ela denomina o processo pelo qual os partidos políticos na Bahia se relacionavam com as facções locais como uma “política de acomodação”²⁴. Primeiramente, não é uma prática que

²³ MENDES, Hugo Santiago. **O Bombardeio de 1912. Disputa política e cotidiano na Bahia na Primeira República.** Tese (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA. Salvador: 2019, pp. 10-11.

²⁴ “Política de acomodação” Termo concebido pela historiadora Consuelo Novais Sampaio. Significa no contexto dos partidos políticos baianos uma relação entre facções locais e política estadual em termos de conciliação, uma adaptação para fins comuns entre seus atores.

deve ser confundida com o presidencialismo de coalização e menos ainda como a adesão á facção dominante. Deve-se atentar para como a situação e a oposição lidam com os chefes poderosos. Trata-se de uma espécie de conciliação, de adaptação, isso quer dizer que um chefe local poderoso significava a falta de liberdade para que os opositores, outros chefes, competissem. O partido da situação tinha a seu favor o governo e, como intermediário do compromisso, o chefe local cujo poder era fortalecido quando inserido no processo de negociação. Para que houvesse sucesso no arranjo, os interesses dele deviam estar em sintonia com os interesses da política estadual, ou ao menos não estar em conflito com eles.

Os primeiros quinze anos do regime republicano na Bahia, de 1890 a 1905, são tempos marcados pelo caos político, pela fragilidade da institucionalidade partidária e pelo fracasso da tentativa de se montar uma estrutura partidária estadual forte, como visto nas experiências dos Partidos Republicanos em Minas com o PRM, no Rio Grande do Sul, com o PRR, e em São Paulo, com o PRP. Longe disso, a Bahia e seus atores políticos foram incapazes de criar uma máquina partidária estadual sólida com base política e de poder. Eul Soo Pang, analisando esses primeiros momentos republicanos da política baiana, argumenta que houve a busca da ordem com o surgimento de diversos partidos políticos, enquanto os coronéis do sertão tentaram consolidar seu poder. Segundo Pang: “A busca de “Ordem e Progresso” na política baiana durante os primeiros anos da Primeira República resultou num caos, caracterizado pelo surgimento de diversos “partidos” políticos e grupos, no litoral, e pela dominação da classe dominante tradicional no interior” (PANG, 1979, p. 64).

A lutas internas de poder colocariam frente a frente Gonçalvistas *versus* Vianistas, Severenistas *versus* Marcelinistas e Seabristas *versus* situacionistas do PRB até o fatídico bombardeio da capital, a 10 de janeiro de 1912. Esse seria o cenário das investidas das facções do sertão. Esses grupos de interesses tradicionais e agrários apostavam na disputa interna partidária para obter sucesso na ocupação dos cargos públicos e funções administrativas locais. Essa era a ordem do dia para esses grupos de poder embora, com a República e as mutações do coronelismo, o que se viu foi a alteração das relações de força entre governo estadual e poder privado local.

Nesse sentido, José Murilo, na tentativa de conceituar o Coronelismo em através da elaboração de um verbete no CPDOC, acrescenta a análise de Victor Nunes Leal sobre essa alteração das forças onde o estado expande seu poder. Segundo José Murilo:

Para Vítor Nunes, o coronelismo surge na confluência de um fato político e de uma tendência econômica, a saber, a constituição dos governos estaduais como importantes unidades de decisão política e a decadência socioeconômica dos

senhores rurais. Emerge, portanto, em momento de enfraquecimento do mandonismo e de expansão do poder estatal. Daí vem o compromisso em que o Estado entra emprestando ao coronel seu poder e prestígio, e o coronel comparece com os votos necessários à manutenção da política do governador.

O governo estadual é a unidade de decisão e o Estado é a fonte operadora da política de oportunidades para o coronel. Unindo o útil ao agradável, constitui-se a partir dessa relação projetos de poder não homogêneos. De um lado as facções coronelísticas do litoral lutando por estabelecer a ordem nos seus redutos e, no sertão, a tentativa de consolidação dos domínios tradicionais.

Uma curiosidade da política estadual baiana é a quantidade de partidos criados na República. Só nos primeiros dezoito meses, a fim de manter a ordem na arena política, são criados nove partidos. O primeiro deles foi o Partido Católico, logo dissolvido por ordem papal. Vieram, em seguida, entre outros, o Partido Nacional, o Partido Operário, o Partido Nacional Democrata. Nenhum deles se manteria com a força necessária para dominar a política do estado, dissolvendo-se entre as dissidências e lutas internas. Eul Soo Pang destaca essas disputas de poder entre as facções políticas apoiadas pelos coronéis e a instabilidade no estado. Segundo Pang “Durante os primeiros dezoito meses, cinco governadores tentaram pôr em ordem a política do estado, com nove partidos e clubes desarrumando o cenário” (PANG, 1979, 68)²⁵.

Nesse período, partidos foram criados e desfeitos, assim como clubes republicanos, com destaque para o Clube Popular Republicano, criado por César Zama, e o Clube Popular Virgílio Damásio. Ao mesmo tempo que se fundavam novos partidos, outros entravam no esquecimento a exemplo do PN e do PRF. Ambos coexistiram no tempo entre a instabilidade dos partidos na Bahia e a situação desfavorável na capital federal com a dissolução do congresso no governo Deodoro da Fonseca e as revoltas propagadas no governo do marechal Floriano Peixoto. Os acontecimentos no Rio impossibilitavam maior empenho federal nas mudanças organizadas pela política baiana, contribuindo para a desordem e o caos.

A primeira disputa interna ocorre com a criação, em 1893, do PRF nacional (Partido Republicano Federal) primeiro partido político nacional e homônimo do PRF (Partido Republicano Federalista), fundado por José Gonçalves, que viria a ocupar o governo estadual entre 1890 e 1891. O partido, no caso, a ala baiana do PRF, tinha tudo para dominar o cenário político estadual, tendo escolhido como vice na chapa de Prudente de Moraes, Manuel Vitorino, baiano e senador.

²⁵ Nove partidos e clubes foram criados entre 1889 e 1992.

A partir das relações com o governo federal, o PRF teria prestígio na política nacional com status de partido oficial. Na medida que era também um caminho para a consolidação no controle da situação no estado, o governador José Gonçalves, cujo mandato só durou um ano²⁶, foi obrigado a renunciar por pressão de César Zama²⁷, então deputado Federal pela Bahia, que favorecido pelo apoio da guarnição do exército, tomou o poder estadual à força.

Os sucessores constitucionais de José Gonçalves, Luís Viana e Sátiro Dias, resolveram assumir o cargo de governador. Eram os presidentes do senado e da câmara estadual, afinal, César Zama havia rompido a legalidade e tomado o poder juntamente com a guarnição federal. Evitando uma possível guerra civil pelo controle do governo estadual, entre as duas facções políticas, Floriano Peixoto negocia uma oportuna transição política, elegendo o quinto governador, o almirante Joaquim Ferreira Leal, que assume o governo em 1892. O aumento da temperatura pela disputa entre as facções políticas em nível federal recrudescia as tensões regionais entre grupos de poder do sertão e do litoral da Bahia. Eul Soo Pang detalha esse ambiente de hostilidades. Segundo ele:

Em meados da década de 1890, tornou-se claro que os dois enclaves de poder em contenda – a costa e o sertão – estavam caminhando para um confronto. Em 1893, o primeiro partido político nacional (Partido Republicano Federal) foi organizado no Rio sob a tutela dos políticos paulistas. O PRF obteve apoio de Floriano Peixoto a nomeação do paulista Prudente de Moraes para presidente (1894-1898), sucedendo ao marechal de Ferro.²⁸

Com animosidade aflorada entre as principais oligarquias, acrescida das reviravoltas entre os principais partidos políticos no estado, os chefes locais do sertão buscaram a todo custo expandir suas bases de poder além dos seus domínios e, encontram nos miúdos partidos, instáveis e personalistas, apenas desencorajamento em ceder apoio, exceto o PRF nacional, partido da presidência, embora na Bahia fosse uma força política menor, pois antes de tudo era o partido oficial e não estadual, possuía condições de manter seus status e promover a estabilidade política necessária naquele momento, porém não soube aproveitar o momento em virtude de seus líderes representados na esfera federal e estadual. Maria Isaura Pereira de Queiroz em sua obra *“Mandonismo local na vida política brasileira”* em um contexto que sucede a este, precisamente, 1920, quando ocorre a *“Revolução*

²⁶ José Gonçalves da Silva foi governador da Bahia (novembro de 1890 – novembro de 1891), deputado provincial (1868) e senador estadual na república.

²⁷ Cesar Zama foi deputado constituinte em 1891.

²⁸ PANG, 1979, p.76.

Sertaneja”²⁹ disserta sobre o levante dos coronéis do sertão contra o governo estadual, Segundo Maria Isaura:

Em 1920, alguns chefes políticos do interior da Bahia se desgostaram “por motivos pessoais da situação oficial a que primitivamente pertenciam” estes motivos pessoais eram a nomeação, para cargos locais de indivíduos antipáticos a tais chefes, chegaram então a encabeçar um movimento revolucionário, mas com a mediação do governo central o conflito pode ser evitado, comprometendo-se o governo estadual “que não seriam repostas nas diversas localidades as autoridades e pessoas outras que deram causa aos movimentos locais”, isto é cedendo aos coronéis.³⁰

Esse evento evidencia o poder dos coronéis do interior. Às vezes pegavam em armas e enfrentavam, sem medir esforços o poder do governo estadual, o qual, em muitos concertos como o aqui exposto, manteve-se alheio, o que não era algo raro de acontecer na política de compromissos.

A razão de ser deste tipo de ação dava-se pelo desencorajamento de certos coronéis em ser partidários do partido A ou B, resultando na desconfiança em depositar o apoio. Por isso, mais relutantes, o governo estadual encarava maiores dificuldades no tratamento desses chefes localizados no alto e baixo sertão. Diante de tal situação, as oligarquias familiocráticas, ensejo mais comum experimentado no coronelismo regional, exigia do governo estadual uma maior cautela em lidar com esses grupos, sobretudo porque pretendiam expandir suas bases de poder paralelo sem desafiar o poder legal institucionalizado na autoridade formal que era o governo estadual.

O que se viu a partir de 1893, concretizada em 1895, com a vitória de Luís Viana no governo estadual, foi uma verdadeira tribalização pelas oligarquias familiocráticas, iniciada com a criação do PRF da Bahia e a tentativa de consolidá-lo. O partido desintegrou-se entre as facções Gonçalvistas³¹ e Vianistas³² e a falsa impressão de unidade que parecia surgir foi logo escancarada com as eleições para o senado.

A ala gonçalvista indicou o próprio político que a nomeava, e a ala vianista, sob aprovação de Luís Viana, resolveu apoiar Severino Vieira, então deputado federal pela Bahia, o qual se elegeu. Com isso, o caminho para a dissidência se tornara algo inevitável. Até então, o PRF da Bahia tinha dois chefes e, após a disputa pelo senado entre as duas facções, restou apenas um, pois José Gonçalves

²⁹ Movimento armado de caráter regional cujo os coronéis do sertão e seus jagunços, entre eles, o famoso Coronel Horácio de Matos, promoveram um levante até Salvador com intuito de impedir a posse do sucessor de Seabra, Antônio Muniz, ao governo do estado.

³⁰ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O Mandonismo local na vida política brasileira.**: São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

³¹ Gonçalvistas era nominados aqueles que apoiavam José Gonçalves, um dos chefes do PRF da Bahia.

³² Vianistas eram aqueles que apoiavam Luís Viana, um dos chefes do PRF da Bahia.

insatisfeito com a derrota para o senado provoca a cisão do partido e funda o PRC (Partido Republicano Constitucional). Dele constavam figuras como o Barão de Jeremoabo, representante legítimo dos interesses tradicionais do nordeste da Bahia. Com o PRF da Bahia dividido, só restava a Luís Viana liderar o partido e assim o fez, Eul Soo Pang detalha essa política de dissensão. Segundo Pang:

Com a eleição de Severino Vieira para senador federal, Luís Viana tornou-se líder indiscutível do dividido PRF da Bahia. No início de 1895, a política de dissensão devido a escolha de um candidato para o governo atrapalhou ainda mais a unidade do partido dominante, encorajando o êxodo de alguns importantes coronéis regionais para o PRC. Evidentemente, o advento dos dois grupos, em meados da década de 1890, provava a falta de uma economia estadual viável, que uniria litoral e o sertão e propiciaria alianças entre o setor urbano e rural. Em vez disso, em 1895 a Bahia testemunhou a tribalização da liderança na política estadual, a ossificação das oligarquias regionalizadas e o enfraquecimento de sua posição na política federal. Nessa triste situação da política partidária, Luís Viana foi o único candidato a governador e foi eleito para o período 1896-1900.³³

O governo de Luís Viana presenciou, desde os primeiros momentos, as lutas oligárquicas regionalizadas que se intensificaram com as medidas adotadas pelo governo de enfrentamento aos coronéis do sertão, na chamada “*política das expedições policiais*”. Era essencialmente uma política declaratória de confronto às oligarquias regionais do sertão. É curioso, e ambíguo, no entanto, que Luís Viana era um autêntico coronel, pois herdara do pai o coronel José Manuel Viana, político local do partido conservador, a sanha por expandir suas bases de poder. Seu reduto era Casa Nova, município cujos chefes eram representantes dos interesses econômicos tradicionais. Acerca da política de expedições policiais, Pang detalha os fins dessas expedições de confronto as oligarquias do interior, Segundo ele:

O início do uso ativo de expedições policiais, ou política de confronto, surgiu com a ascensão de Luís Viana ao governo. Suas pretensões políticas não se limitavam ao nível estadual. Sempre ambicionando o governo federal, Luís Viana começou a expandir suas bases de poder pessoal, através de todo o estado. Com essa finalidade, não hesitou em usar a violência. Os policiais do estado, ou força pública da Bahia, tornaram-se jagunços pessoais do governador. Em termos realistas, Viana não tinha outra opção. O PRF da Bahia não tinha base organizada nem ligações com as principais oligarquias regionais. Os coronéis do sertão e os bacharéis da capital mantinham-se cautelosos quanto à associação a um partido, e os que fizeram logo se tornaram alvo da política de confronto de Viana. Em Ilhéus³⁴, Lavras e nordeste do estado, os inimigos de Viana, que ao mesmo tempo apoiavam o PRC e eram membros do PRF antivianista, tomaram o poder pela força. Em Lavras, O coronel Clementino de Matos, que se opunha ao governador, foi condenado como “bandido”.

³³ PANG, 1979, p. 78.

³⁴ Em Ilhéus a situação era favorável a Antônio Pessoa, coronel da zona cacauzeira, eleito senador estadual e influente na política Ilheense.

Em Belmonte e Canavieiras (dois municípios produtores da zona do Cacau do sul da Bahia) a violência explodiu entre os partidos rivais. O zeloso governador enviou a polícia estadual para ambas as regiões, a fim de proteger seus correligionários, em nome da manutenção da lei e da ordem. Para surpresa do governador, os coronéis antivianistas dessas regiões conseguiram derrotar as desorganizadas unidades expedicionárias da polícia estadual. Porém uma maior humilhação para o governador viria da região nordeste do estado.³⁵

Luís Viana e sua política de enfretamento aos coronéis do sertão teria de lidar com outro movimento de insurgência, nada mais nada menos que Canudos. O conflito retratado no clássico da literatura sertaneja “Os sertões”³⁶ conta a história do arraial de Canudos do beato Antônio Conselheiro e sua colônia de devotos. Inicialmente se especulou que o arraial fosse um reduto de simpatizantes da monarquia e por isso relutantes em não pagar impostos à República, outros ainda sustentavam uma ordem dos Bragança para restaurar o antigo regime. O arraial foi estabelecido, sobretudo, em uma região miserável e seus habitantes encontravam no beatismo uma forma de sobreviver às condições sociais do sertão pioradas pela seca, e não o suposto messianismo e secularismo presente em algumas obras.³⁷

A experiência com a política das expedições de Viana levaria o cenário político-partidário, já turbulento, ao conflito aberto, e conseqüentemente, produziria em alguns grupos de coronéis do litoral, os bacharéis, assim conhecidos, uma imagem dos seus rivais de forma a depreciar suas origens e seus costumes. Dizia-se que eram pessoas que não aceitam um governo com pessoas civilizadas, sendo vistos como inferiores, bandidos e criminosos. Essa é construção da imagem do coronel do interior pelos chefes do litoral, claramente um discurso sócio-racial pelas condições do Sertão. Havia, pois, uma nítida distinção social entre os coronéis. Tal distinção não limita suas ações à esfera da política, nem aos interesses econômicos regionais. Cabe, no entanto, mencionar, que os coronéis do litoral são as bases de sustentação do partido dominante e da situação no estado, elo que cria a dependência do estado aos coronéis. Esses coronéis representam a burguesia comercial e industrial do estado igualmente são os coronéis do cacau em Ilhéus, sendo Antônio Pessoa o coronel de maior influência na política local ao lado de Misael Tavares, o coronel do cacau. Ambos são coronéis situacionistas, razão pela qual seus interesses e negócios comerciais voltados ao cacau como produto de exportação dependem em maior medida de boas relações com deputados e com o governo.

³⁵ PANG, 1979, pp. 79-80.

³⁶ Ver em: CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Martin Claret, 2016, 2ª reimpressão, 2020.

³⁷ Ver em: VILLA, Marco Antônio. **Canudos: O povo da terra**. 3. ed. São Paulo, SP: Ática, 1999. 278 p.

A sociedade do cacau experimentou uma efervescência com a expansão do setor ao mesmo tempo em que era diversa e móvel. A mobilidade dessa sociedade em torno do cacau, atraía migrantes ao trabalho temporário em certos períodos do ano impedia constituir vínculos sociais com o coronel, e ele não exercia o domínio. Uma sociedade móvel não garantia ao coronel oportunidade concreta e tempo suficiente para criar laços com seus dependentes, desse modo a dependência não se consolidava de fato³⁸³⁹.

Jorge Amado em sua belíssima obra da nossa literatura narra um episódio que traduz essa dependência do cacauzeiro em relação ao fazendeiro, na Obra “Cacau” em determinada passagem, segundo Jorge:

Nós ganhávamos três mil e quinhentos por dia e parecíamos satisfeitos. Ríamos e pilheriávamos. No entanto nenhum de nós conseguia economizar um tostão que fosse. A despesa levava todo nosso saldo. A maioria dos trabalhadores devia ao coronel e estava amarrada a fazenda. Também quem entendia as contas de João vermelho, o despenseiro? Éramos quase todos analfabetos. Devíamos... Honório devia mais de novecentos mil réis e agora nem podia se tratar. Um impudismo crônico quase o impedia de andar.⁴⁰

Em outro momento, na mesma obra, em duas situações, o autor deixou clara essa relação.: Assim mesmo partia às seis horas da manhã para podar as roças, depois de comer um prato de feijão com carne-seca. Era um tipo curioso aquele Honório. Preto, forte, alto, brigão, estava na fazenda há quase dez anos. Um bom camarada, capaz de se sacrificar pelos outros. Apesar dele dever muito, o coronel o conservava (AMADO, 2000, p .05).⁴¹

Em meio as essas animosidades e tensões, entre coronéis do sertão e do litoral, e o governo estadual, a política partidária do PRF vianista, partido dominante, caminhava para seu arruinamento até ser dissolvido em 1898, ano em que Campos Sales assume a presidência. De início ele escolhe Severino Vieira, então senador pela Bahia, para ocupar a ministério de viação e obras públicas, favorecendo a ala severenista do PRF na Bahia. Nesse meio termo, Viana, já com a reputação desgastada com a cerceada investida contra o poder local no sertão, perde prestígio e espaço com os incidentes nas eleições municipais em 1899, quando é atribuída o uso da polícia estadual contra comerciantes de Salvador, terminando a política vianista no estado.

³⁸ Ver em: FALCÓN, Gustavo. **Os Coronéis do Cacau**. 2º ed. revisada, Salvador: Solisluna editora, 2010.

³⁹ Ver em: AMADO, Jorge. **Cacau**. 52º edição. Rio de janeiro: Record, 2000.

⁴⁰ AMADO, Jorge. **Cacau**. 52º edição. Rio de janeiro: Record, 2000, pp.4-5.

⁴¹ *Ibid.*, p.5.

O novo governador que tomaria posse, o oitavo desde 1889, era o líder da outra facção do PRF na Bahia após a divisão do partido, senador e ministro de Campos Sales, Severino Vieira, de São Francisco do Conde, um legítimo representante dos interesses tradicionais do Recôncavo. Ocupou a função no legislativo provincial no Império e manteve como aliado político Luís Viana, também do partido conservador. Acerca do perfil de Severino Vieira, Eul Soo Pang descreve em detalhes:

Apesar de vingativo, e até mesmo brutal ao lidar com seus inimigos políticos, O Governador Vieira era um administrador eficiente. Seus programas de educação, reformas eleitorais, ajuda estadual para a construção de usinas de açúcar e outros projetos de obras governamentais foram aplaudidos por todos. Vieira foi também responsável pela mudança no sistema de contratação de obras públicas para o estado, uma das maiores fontes de favores públicos. Os projetos de obras de públicas de Viana, muito anunciados, porém pouco produtivos, tais como a construção de represas e o estímulo a imigração, eram crivados de favoritismo político e de nepotismo. Viana nomeava rotineiramente chefes sertanejos para cargos em obras públicas, para angariar favores políticos. Ansioso por governar sozinho e para construir sua reputação como administrador, Vieira demitiu sumariamente da folha de pagamento do estado pessoas nomeadas por Viana. A nomeação de Miguel Calmon Du Pin e Almeida para secretário estadual de Agricultura foi sua mais importante decisão, baseada em mérito, para a modernização da economia do estado.⁴²

Severino Vieira entraria para a história da política baiana como fundador de mais um partido, entre tantos outros que foram levados ao esquecimento. Era apenas mais um partido oligárquico, entretanto, formaria uma base no legislativo estadual que garantiria maioria para a situação, e assim o fez até a criação e o ingresso do PRD de Seabra no jogo político.

⁴² PANG, 1979, p. 85

2.2 O Personalismo na política: a polarização PRB x PRD

O PRB (Partido Republicano da Bahia)

Severino Vieira, então governador da Bahia, inovaria, seria capaz de arregimentar a criação de uma nova agremiação, o PRB, surgido em 1901. Desde 1890 a política baiana se encontrava mergulhada em uma desordem sem precedentes. A mudança na estrutura partidária pelo governo central era, até então, impossível tendo em vista o caos generalizado nos finais do governo Deodoro e acentuado com o governo Floriano, acrescido pelas revoltas da armada e federalista. Com o PRB, houve a esperança em favor da unidade, mas logo que foi criado, a tão sonhada unidade escapou dando lugar cativo às disputas internas entre dois chefes, uma cena repetida tantas vezes na política baiana da Primeira República.

Consuelo Novais de Quadros descreve em detalhes na sua obra já citada, a criação do novo partido da situação no estado que apontava para a unidade, e as desavenças iniciais que minaram o novo momento:

Embora se acreditasse que a fundação do P.R.B. obedecesse a uma orientação do Presidente Campos Sales que, através daquele partido com o desaparecimento do Partido Republicano Federal e das convenções destinadas a escolha e apresentação dos candidatos à Presidência da República – indicara o seu sucessor. O Partido Republicano da Bahia surgia muito não como um instrumento da coesão da burguesia agrocomercial em crise, um catalisador dos seus anseios e aspirações.⁴³

As desavenças começam com o setor da elite agrocomercial em crise. Suas aspirações de caráter político não mais se sustentam nesse novo cenário, imiscuído em disputas regionais que ainda prevalecem nas regiões do cacau e no sertão. A convenção do PRB, em 15 de abril de 1901, demonstrou as rivalidades existentes entre os chefes locais e suas disputas por vitalidade e prestígio na convenção. Os primeiros choques de influências locais sobre os rumos da política do partido e o alcance do seu mando vão refletir-se nas duplicatas⁴⁴, algo recorrente.

Consuelo Novais apresenta esses choques de influência na convenção do partido, reforçados pelo personalismo, segundo ela:

Indo ao encontro dos desejos da burguesia agrocomercial abrigando as mais variadas tendências —conservadora, liberal, federalista, constitucionalista — o Partido Republicano da Bahia surge, no início do sec. XX, como o primeiro grande

⁴³ QUADROS, 1973, p. 36.

⁴⁴ Duplicatas são intercorrências apeladas como ilegalidade em um processo eleitoral com o objetivo de apurar tais denúncias, cabendo a verificação de poderes analisar.

partido formalmente estruturado, ao contrário dos outros até então existentes, passa a penetrar ainda que timidamente, no interior do Estado, convoca, dos coronéis a doutores para comporem seus órgãos de atuação. Ganha uma dimensão mais ampla, não apenas no sentido do alargamento dos seus quadros, mas no raio de sua ação. No entanto, identificando-se com os demais partidos, no atender a interesses personalísticos elitistas, seus métodos de atuação não seriam renovados com o despontar do novo século. Continuaria o P.R.B. a seguir as velhas táticas e práxis herdadas do sec. XIX.⁴⁵

O PRB seguiria os moldes partidários anteriores baseados no personalismo de dois chefes. Severino Vieira e José Marcelino seriam arregimentados como as cabeças dessa nova agremiação, demonstrando mais uma vez a contribuição oligárquica tribal à política. As forças que constituíam o novo partido seguiriam os antigos costumes. A dependência das chefias locais e os constantes choques de interesses resultavam em duplicatas, uma característica desse novo capítulo da história político-partidária baiana. Acerca da formação do partido algumas características começaram a surgir, Eul Soo Pang as explicita. Segundo ele:

Alguns problemas influíram na formação do partido: diferenças de personalidades, o desagrado do governador em relação a alguns coronéis e bacharéis, e as relações tensas entre o Presidente da República e os principais políticos baianos. José Seabra, deputado federal e inimigo pessoal do governador, e Rui Barbosa, senador da República pela Bahia, porém um adepto pouco entusiasta de Severino Vieira, foram declarados membros ex-officio do partido, mas não desempenharam nenhum papel visível nas deliberações dele. César Zama, um médico de talento e político, frustrado, foi convidado a fazer parte do partido oficial, porém recusou. Luís Viana, auto exilado na Europa sequer foi mencionado na lista do partido.⁴⁶

O personalismo era uma das características marcantes dos partidos existentes na primeira República. A personalidade do chefe subordinava o partido, já que a organização partidária era identificada ao líder assim foi com o PRB como com o PRD de Seabra. O apego à personalidade se fundamentava na necessidade de coesão e consolidação dos interesses difusos em torno de uma liderança. Na Bahia, porém, as disputas internas rompiam os partidos por possuírem, normalmente, dois chefes, o que gerava conflitos que visavam o controle partidário.

Severino Vieira, no fim do seu governo, levou a cabo suas vinganças de ordem pessoal contra os coronéis do sertão. Repetiu o erro de seu antecessor, optou pelo enfretamento, perdendo credibilidade e governabilidade. A sucessão para o governo estadual enfrentaria dificuldades, já que o partido tentava encontrar um político moderado, e a solução foi a escolha de José Marcelino.

⁴⁵ QUADROS, 1973, p. 39.

⁴⁶ PANG, 1979, p. 87.

José Marcelino foi eleito governador para o mandato correspondente a 1904-1908. A posteriori, seria considerado o unificador e aquele que estabeleceu a paz baiana. Como todo político de seu tempo, seguiu a trajetória tradicional, ocupando funções de deputado provincial e imperial, cumprindo na República o cargo de senador estadual em 1891. Para além da política, Marcelino era um homem de negócios, tinha se envolvido na construção de uma usina de açúcar nos tempos em que se manteve afastado da política. Durante seu mandato, trouxe os interesses do litoral à cena política novamente, depois do domínio, por um bom tempo, de governadores vindos do interior. Coube a este governador estruturar um sistema de desenvolvimento econômico para a Bahia, resultando na fundação do Banco de crédito da lavoura da Bahia. Foi uma de suas políticas visando atender grupos econômicos que tinham seus negócios entre a capital e o recôncavo e o sul baiano. Diferentemente dos antecessores, manteve os interesses econômicos dos coronéis do interior ao alcance da política estadual.

A escolha do governador para a sua sucessão, nas eleições governamentais de 1906, recaiu sobre Araújo Pinho, e na ala severenista, a escolha foi de Joaquim Inácio Tosta deputado e proprietário. Mais uma vez, o resultado era contestado com a solicitação de uma duplicata. O governador insatisfeito envia a polícia estadual para o legislativo a fim de garantir a vitória da situação. A oposição insatisfeita envia jagunços e o clima de confronto é o pior possível.

Nesse momento da vida política baiana, personagens surgem na medida em que a mistura de classes e interesses regionais se acentuam. Exemplos como Miguel Calmon, Pedro Lago, João Mangabeira eram de adeptos da ala severenista (ala do PRB simpática a Severino Vieira). A ala dos Marcelinistas (ala do governador José Marcelino) e a oposição liderada por Seabra (havia sido expulso do PRC), continha Antônio Moniz e Moniz Sodré (aquele sendo eleito governador para o período de 1916 a 1920), e segundo senador da república (1920-1927).

Essa era a composição política e distribuição partidária na Bahia. Isso se manteria até a cisão de 1907 do PRB, e as disputas pelo controle do partido entre os dois chefes. Fragilizado o partido, emerge a figura de Seabra como alternativa da oposição e o PRD. Isso só se opera, de fato, com a cisão de 1907 entre as duas facções do PRB.

O PRD (Partido Republicano Democrata)

O PRD, Partido Republicano Democrata, tem suas origens ainda na comissão de campanha de apoio à candidatura Hermes/Wenceslau para a presidência nas eleições de 1910, cujas alianças envolviam PRM/PRR/Exército. Nas eleições governamentais do vigente ano decidiram apoiar a candidatura de Seabra ao governo estadual em virtude da abalada situação do PRB no estado. O partido, sob liderança de Joaquim José Seabra, se tornava a mais nova ameaça às facções do PRB às alas Severenista e Marcelinistas, que, ainda assim, mantinham a centralidade política controlando parte dos assentos no legislativo estadual.

As eleições municipais de 1911 seriam o primeiro teste na difícil tarefa de compor uma base no legislativo, dominado pelas duas alas do PRB. Como nada seria novidade, uma duplicata ao final da apuração era praxe para contestação por ambos os lados que declaravam vitória no pleito. As eleições para o legislativo estadual sempre eram um termômetro para fortalecer a base de poder do partido dominante ou para enfraquece-lo. No caso do pleito de 1911, a base do PRB saiu enfraquecida.

Ao partido dominante, enfraquecido e dividido, só restava uma alternativa, tentar um acordo para evitar um vexame e saindo ainda mais fragilizado. Assim saiu o acordo de 1911, envolvendo as alas do PRB e os dois partidos PRD e PRC. Entretanto, esse acordão saiu no período pré-eleitoral. O pacto PRD-PRB deixou de lado o PRC da Bahia, e Luís Viana, ex-governador, que havia apoiado a ala seabrista, foi deixado ao largo.

Eul soo Pang e Consuelo Novais detalham o cenário eleitoral de 1911 e o surgimento do PRD, mais um partido personalista que encontrava na fraqueza da situação uma oportunidade de expandir suas bases de poder, começando pelo pleito no legislativo estadual.

Segundo Pang:

A eleições legislativas estaduais e federais, no Brasil, sempre serviram para fortalecer ou enfraquecer a base de poder de um partido. As eleições legislativas estaduais e municipais de 1911 foram energicamente contestadas por quatro grupos: as duas alas tradicionais do PRB e os dois novos partidos⁴⁷. Quando as facções dominantes do PRB conspiraram para obter controle absoluto da nomeação, o Ministro Seabra e o PRD tudo fizeram por envolver o Presidente da República na eleição. Para o ministro, a vitória nessas eleições poderia ser o primeiro passo da sua ascensão ao governo. Fixando-se nessa perspectiva, Seabra estava decidido a

⁴⁷ PRD e PRC (Partido Republicano Conservador), criado em 1910 por Pinheiro Machado. Na Bahia, Luís Viana compôs a ala baiana do PRC.

garantir uma base no legislativo estadual, dominado pelo PRB, mesmo às custas de uma intervenção federal.⁴⁸

Consuelo Novais Quadros apresenta o personalismo do PRD em Seabra, cerne que reforça o partido de um homem só. Segundo Quadros:

Com a expulsão de Seabra do P.R.C., a facção governista ficou sem um partido formal. É então, que de modo mais palpável revela-se toda a artificialidade e inconsistência dos partidos da Primeira República. Carente de um rótulo que nos demais organismos partidários tentavam mascarar o personalismo dominante dos seus chefes, a facção seabrista mostra-se a descoberto "através de sua Comissão Executiva que, passado o agudo da crise se recompõe, o partido governista, tateando à procura de um rótulo, titubeia» o chama a si mesmo de "partido situacionista", "partido republicano", "partido republicano da Bahia" e, finalmente, deixa-se rebatizar com o nome do Partido Republicano Democrata da Bahia. Contudo, pouca importância tem o nome que ostenta. O partido permanece encarnado no seu chefe e ainda que, nominalmente, seu presidente seja o Cel. João Lopes de Carvalho, alto representante da burguesia comercial, o chefe é Seabra. Seabra e o partido.⁴⁹

“Seabra é o Chefe. Seabra é o partido”. A figura do chefe é uma constante na formação dos partidos políticos da Primeira República e um traço dominante da relação política, aspecto característico que define o partido pelo individualismo associado ao líder, encarna em Seabra o exemplo mais claro, ele é o partido e o partido tem seu chefe.

⁴⁸ PANG, 1979, p.104.

⁴⁹ QUADROS, 1973, p. 77.

CAPÍTULO 3

Eleição presidencial de 1910 - “política das salvaçãoes”

3.1 A política salvacionista

A “política das salvaçãoes”, ou salvacionismo, é comumente assim definido por resultar nas políticas adotadas em consonância com eleição de Hermes da Fonseca e durante seu mandato na presidência entre 1910 e 1914. É importante nesse primeiro momento contextualizar as eleições presidenciais de 1910 com objetivo de compreender de forma clara e objetiva os efeitos da vitória do candidato da situação, Hermes da Fonseca, e conseqüentemente, as repercussões no teatro das oligarquias⁵⁰, alvo principal do novo governo, cujas medidas adotadas pretendiam desalojar gradualmente do poder as carcomidas oligarquias estaduais substituindo por novos agrupamentos políticos simpáticos ao governo Hermes nos estados.

Coincidência, ou não, o Nordeste, reduto das principais oligarquias com destaque para Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, e Alagoas, conviveram com intervenções federais na política estadual até a década de 1920, ora fomentado a derrubada do governo estadual por via direta, intervindo, ora apoiando e financiando grupos de oposição nos respectivos estados.

No livro, *Brasil: Uma Biografia*, de Lilia M. Schwarcz e Heloisa Starling, é apresentado o contexto das eleições presidenciais e o ambiente político sentido na capital federal em meio as tensões provocadas pela insurgência dos marinheiros durante a revolta da chibata. Segundo Schwarcz:

O estopim do movimento se deu no dia 16 de novembro de 1910, quando uma série de embarcações nacionais e estrangeiras aportou na baía de Guanabara para saudar a posse do novo presidente: o marechal Hermes da Fonseca. A campanha eleitoral havia sido empolgante, pela primeira vez a participação popular fora relevante numa eleição, mas, ainda assim, Hermes da Fonseca derrotou o candidato favorito, Rui Barbosa, de oposição ao governo. A candidatura de Hermes, apesar do apoio de Pinheiro Machado — do Partido Republicano Conservador —, indicava a volta do Exército ao poder. Já a candidatura de Rui representava o incentivo ao funcionamento regular das instituições republicanas e a sustentação das lideranças civis no exercício do governo — era a campanha “civilista”.⁵¹

⁵⁰ Referência a obra “*O Teatro das Oligarquias*”, da historiadora Cláudia Viscardi.

⁵¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Em meio a desordens e insurgências, a campanha eleitoral para presidência contou com uma participação popular considerável para o que de hábito eram as eleições no país, onde a baixa adesão era uma realidade em virtude da restrição ao direito ao voto impedindo parcela da sociedade de participar do processo de escolha. A restrição do direito ao voto era sentida no dia do pleito com a ínfima participação popular, como aponta Cláudia Viscardi em sua obra *“Eleições na Primeira República: uma abordagem alternativa acerca da participação popular”*. Segundo Viscardi:

A abordagem adotada difere de boa parte dos estudos já produzidos sobre a história política da primeira fase do regime republicano brasileiro. Interessa-nos compreender porque os cidadãos deixavam de participar do processo de escolha dos seus representantes. Durante o período, votar não era uma obrigação, mas um direito a ser exercido aos que se interessassem. Essa característica impunha uma lógica diferenciada ao campo político e, em especial às campanhas. Cabia aos candidatos atrair os seus eleitores, o que nem sempre ocorria sob coação, como parte da historiografia já afirmou. Portanto, levar os eleitores às urnas constituía um desafio.⁵²

É ciente que os processos eleitorais na Primeira República eram realizados com profundo artificialismo político dos seus candidatos e a lógica política era diferenciada, pois cabia aos candidatos atrair os eleitores ao processo sem a garantia de que isso pudesse se converter em votos ao candidato preterido, por duas uma, o eleitor hábil a votar poderia optar por outra opção no dia do pleito ou se ausentar no corrente dia. Outra face desse mesmo processo, está na política eleitoral do município. Os currais eleitorais dos chefes locais representavam o reduto eleitoral e o espaço do exercício de mando, afinal, controlar o espaço social é submeter seus dependentes e agregados a ordem de obediência ao seu chefe e, conseqüentemente, depositar seu apoio em votos.

Em toda Primeira República o voto podia ser considerado um meio de troca, uma mercadoria. Nesse sentido, o voto se convertia no apoio, uma forma de demonstrar ao chefe o compromisso estabelecido do eleitor para com ele. Essa lógica do voto como mercadoria, objeto de troca, é uma prática comum na vida política do interior, contudo, a ênfase ainda atribuída ao voto como elemento fundamental do poder do coronel não se reforça já que o voto não é o único instrumento que legitima seu poder sobre o espaço social, havendo outros elementos e, entre eles, o status. Partindo da ideia de que o direito ao voto na Primeira República era restrito a uma parcela da sociedade apta ao sufrágio, Viscardi em sua obra *“O Teatro das Oligarquias”* apresenta a lógica do processo eleitoral. Segundo ela:

⁵² VISCARDI, Cláudia M.R.; FIGUEIREDO, Vítor Fonseca. **Eleições na Primeira República: uma abordagem alternativa acerca da participação popular**. Locus -Revista de história, Juiz de Fora, v.25, n. 2, p.12-36, 2019.

A renovação do poder passava pelas sucessões presidenciais. O falseamento das instituições democrático-eleitorais, no contexto do regime oligárquico, fazia com que a verdadeira disputa entre atores pela parcela de poder, no restrito mercado político, se desse não durante as eleições, mas na fase que lhes antecedia, qual seja a da indicação do nome para a disputa e de seu posterior acatamento por parte das lideranças dos principais estados da federação. Assim, os mecanismos de escolha escapavam à institucionalidade posta em vigor a partir da carta de 1891, uma vez que as deliberações eram tomadas informalmente por um reduzido e seletivo corpo de atores.⁵³

A fragilidade política e o falseamento da institucionalidade liberal-democrática davam aos atores políticos na relação com lideranças regionais nos estados ampla pauta de deliberações que, apoiadas no federalismo republicano, recrudesciam e estendiam a base de poder das oligarquias fortalecidas pelas máquinas partidárias. Com a proximidade das eleições e a chapa Hermes/Venceslau formada, o apoio dos atores políticos nos estados a situação era a regra. Pinheiro Machado, senador e figura influente na política gaúcha com PRC⁵⁴, não via com bons olhos a candidatura Hermes, entretanto, constituía alianças com PRM (Partido do presidente Afonso Pena) e o PRP, embora algumas alas do partido oficial olhassem com desconfiança a volta do Exército à cena política no primeiro plano desde Floriano Peixoto.

O surgimento das florescentes camadas médias urbanas e seu protagonismo autônomo na política brasileira, conduziram setores mais liberais a apoiar a chapa de oposição que tinha Rui Barbosa, e seu vice, Albuquerque Lins, presidente do estado de São Paulo, a presidência da República. O objetivo da campanha era consolidar a institucionalidade liberal-democrática cujos valores estavam previstos na carta de 1891 e constituíam uma ameaça vista aos olhos dos setores da sociedade identificados com o positivismo.

A disputa política entre civis e militares é uma constante em toda Primeira República, vem ao primeiro plano da cena política com a Proclamação da República e a discussão em torno do modelo de governabilidade entre os principais agrupamentos ou facções políticas que encontram, de um lado, no Exército, positivista, a institucionalidade capaz de desempenhar as transformações necessárias demandadas pelo novo regime, buscando legitimidade e aceitação social, e protagonismo, todavia, os defensores de uma constituição liberal baseadas nos moldes do federalismo norte-americano saíam vencedores nessa batalha e a institucionalidade liberal democrática constitucional vigoraria até 1930 com o desfalecimento das organizações políticas e oligárquicas.

⁵³ Id., 2012, p. 60.

⁵⁴ PRC (Partido Republicano Conservador).

No verbete acerca da Política das Salvações do CPDOC, há uma passagem que reforça o papel desempenhado pelo Exército no primeiro plano da política:

Além de revelar as fissuras do jogo político da Primeira República, o que a política das salvações evidencia em primeiro plano é a emergência do Exército como força política dez anos depois da ação decisiva que a corporação teve na Proclamação da República e do golpe sofrido com a “política dos estados” consolidada por Campos Sales. Isso não significa dizer que o Exército tenha se transformado em partido político durante a Primeira República, mas não se pode deixar de reconhecer que retornou ao cenário político após a Campanha Civilista.⁵⁵

3.2 Os intervencionismos estaduais

A participação efetiva dos militares na política brasileira é frequentemente atribuída ao advento da República, e de fato, os militares no novo regime passam a assumir o primeiro plano da política e, no caso, a alta oficialidade, que no regime monárquico revela-se insatisfeita com os rumos da letargia imperial decidem, não de última hora, mas nas últimas duas décadas do Império, a deixar cada mais evidente seu descontentamento com os sucessivos fracassos e crises da política imperial.

A Guerra do Paraguai⁵⁶ é indiscutivelmente um marco na história política, social, e militar, com repercussões significativas nas transformações subsequentes de ordem social e política e nos questionamentos de setores do exército, entre eles, o oficialato, ao regime monárquico e sua negligência em reconhecer papel central do exército na condução do país, uma questão relutante entre os militares que ensejavam uma participação mais efetiva nos processos decisórios. Porém, era ainda visto como força de segunda de mão em detrimento da armada imperial, protagonista e privilegiada.

Esse descontentamento com a política do império tem seu clímax com questão militar em 1870, após o fim da Guerra do Paraguai, quando oficiais mais antigos com postos hierárquicos elevados e os jovens oficiais da escola da praia vermelha, os “bacharéis de farda” usualmente assim denominados, questionavam o Império, na figura do Imperador Dom Pedro II por uma participação e presença na política mais efetiva e por critérios inerentes a cidadania que impediam,

⁵⁵ *Política das Salvações*. In: Dicionário histórico-biográfico brasileiro. Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/POL%C3%8DTICA%20DAS%20SALVA%C3%87%C3%95ES.pdf>.

⁵⁶ Guerra do Paraguai (1864-1870).

por critérios aristocráticos e de renda, uma inserção na política do império. Acerca da questão militar e das mudanças que fariam surtir nos postos mais altos a adesão a causa republicana, Frank D. McCann discute em dois momentos em sua obra *“Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro”* a insatisfação no primeiro momento, e a participação dos militares, no segundo, na adesão a causa republicana em 1870, Segundo McCann:

Na década de 1880, o governo imperial mostrara preocupação crescente com a lealdade do Exército. Nos campos filosófico, emocional e material, a distância entre ambos aumentara constantemente. Os oficiais da época eram, em geral, mais instruídos que os das gerações anteriores de militares, e haviam passado boa parte da carreira em áreas urbanas, ainda que algumas destas, fossem cidades pequenas com guarnições do Exército. Os escalões superiores, incluíam uma profusão de veteranos da Guerra do Paraguai que se sentiam depreciados pelo regime e pela sociedade – até os alunos das escolas militares e os oficiais subalternos ridicularizavam suas medalhas de guerra.⁵⁷

No segundo momento quanto a participação dos militares a aderir a causa republicana e ao Partido Republicano, Segundo McCann:

Jovens oficiais, particularmente, sentiram-se atraídos pelo Partido Republicano após sua formação, em 1870, e um deles, o capitão dr. Luís Vieira Ferreira, ajudara a redigir célebre manifesto republicano daquele ano e participara da publicação do jornal A República. A escola militar tornou-se um fértil campo de debates e conversões para a causa republicana. Em 1880 muitos oficiais solidarizavam-se com os instigadores dos protestos e tumultos apelidados de Revolta do Vintém, ocasionados pela imposição de uma taxa sobre as tarifas de bonde.⁵⁸

Os momentos de transição e rupturas que são partes do processo histórico, assim como os continuísmos, desenvolvem no ambiente republicano, instável e sem legitimidade, nos primeiros anos, condições favoráveis para determinados atores outrora negligenciados no antigo regime assumirem o primeiro plano, e aqui é enfática a participação do Exército na política republicana durante seus primeiros 40 anos. No entanto, as “Salvações”, como fenômeno se limitou entre 1910 e 1912, período que consolida as intervenções federais nos estados, fosse com golpes que visavam a derrubada de governadores por via direta intervindo na política estadual, ou “teoricamente” financiando grupos de oposição e simpáticos ao governo central com a nomeação para cargos mais altos no executivo estadual. Podia ocorrer, como ocorreu em alguns casos, o governo da situação ser favorável e aliado incondicional ao governo central. O resultado disso era a não intervenção na

⁵⁷ MCCANN, Frank D. **Soldados da pátria: história do Exército Brasileiro**: 1889-1937. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2009. p. 28.

⁵⁸ *Ib.*, 2009, p.29.

política do estado, caso o governo estadual se mostrasse antipático ao presidente, eram certas as ações do Palácio do Catete para derrubar o mandatário estadual.

A velha prática da adesão ao vencedor nas eleições presidenciais, encontrou, no Ceará um dos exemplos de que a antipatia ao governo central era sinônimo de ver o estado imerso em lutas internas e risco de intervenção, e conseqüentemente, munir a oposição que crescia na medida que os coronéis derrotados nas lutas regionais formam uma oposição capaz de enfrentar o estado.

No Ceará com Padre Cícero e a Revolta do Crato, na Revolução Sertaneja em 1920 na Bahia, assim como em inúmeras outras, intervenções se deram contando com uma oposição que aderiu ao governo central com vistas a ter domínio do poder estadual, fosse colocando aliados ou simpáticos oposicionistas nos estados ou contratando jagunços a fim de depor a força o governador.

Pernambuco⁵⁹, Alagoas⁶⁰ e o Ceará⁶¹ foram os estados mais atingidos com a política das salvações. Os conflitos envolvendo Exército, polícia estadual e massas populares seriam comuns em quase todas as intervenções ocorridas nos estados nordestinos, como também na intervenção gaúcha, liderada por Assis Brasil, no Rio Grande do Sul.

No caso de Pernambuco, o conflito armado ocorreu nas ruas do Recife entre polícia estadual, forças federais, e massas populares; o interessante visto na experiência intervencionista em Pernambuco, foi a situação deixada para o Presidente da República, Hermes da Fonseca. Tudo acontece quando seu Ministro da Guerra, Mena Barreto, lança sua candidatura ao governo estadual, embora seu adversário, Rosa e Silva, aliado do Presidente Hermes e havia apoiado sua candidatura nas eleições civilistas encontrava nessa situação, algo no mínimo desconfortável já que Rosa e Silva era um líder político de muita influência no estado. O caso Pernambucano é uma exceção e evidencia uma incógnita. Ele demonstra que a política das Salvações esbarrou em condições adversas à oposição apoiada pelo governo central, tendo que lidar no caso pernambucano com dois personagens simpáticos ao Presidente da República. Em Alagoas, A oligarquia dos Malta foi derrubada, sendo seu líder, o Coronel Clodoaldo da Fonseca, sobrinho de Deodoro da Fonseca.

⁵⁹ Ocorrido em 1911

⁶⁰ Ocorrido em 1911

⁶¹ Ocorrido em 1912

Na Bahia, a intervenção federal, ocorrida em janeiro de 1912, com o bombardeio da cidade de Salvador, era uma clara intimidação aos candidatos opositores a J.J. Seabra, candidato ao governo e apoiado pelo Presidente da República. Repetindo o teatro das Salvações, os conflitos envolvendo Forças policiais, exército e comerciantes em Salvador levaram à renúncia do governador interino Aurelio Rodrigues Viana.

O Bombardeio da Bahia será objeto de análise no capítulo seguinte de maneira detalhada, lançando luz sobre os antecedentes a eleições governamentais, o papel enfraquecido da situação e a posse de J.J Seabra como governo.

CAPÍTULO 4

O Bombardeio da Bahia

O bombardeio da Bahia ou bombardeio de Salvador foi um dos episódios mais trágicos que marcaram profundamente a história política da Bahia. É difícil imaginar um cenário, como Salvador, a capital, em 1912, ano do bombardeio, sendo alvo incessante de tiros de artilharia por forças do exército a partir dos fortes de São Pedro e do Barbalho, duas imponentes fortalezas construídas durante o período colonial para resguardar a capital do Estado do Brasil de possíveis invasões marítimas e respondendo a agressões injustas com a devida retaliação.

O chefe da nação e comandante em chefe das forças federais autorizou a intervenção em um estado federativo nessa ocasião rompia com a política dos governadores e colocava em xeque a autonomia estadual.

O Bombardeio da Bahia é apenas um entre tantos outros incidentes ocorridos nos estados do Norte, Nordeste, e Sul do país (Pernambuco, Paraíba, Ceará, Piauí, Bahia, Alagoas, Rio Grande do Sul, etc.) atingidos com a política das salvações entre 1910 e 1912. É flagrante em todos os estados que passaram por intervenção um elemento comum e sem exceção: a participação dos militares e o protagonismo do exército no primeiro plano da cena política. Esse protagonismo advém com a

Proclamação da República e a participação mais efetiva dos militares na política. Deodoro e Floriano são exemplos notórios da presença militar na alta cúpula do executivo nacional. Ambos ocuparam o cargo de presidente, porém tiveram em seus mandatos dificuldades para lidar com as manobras políticas do congresso, contrárias às suas ambições, somadas às rebeliões que colocavam em xeque a ordem e o progresso da nascente república, frágil, sem legitimidade, restando o uso da força para suprimir revoltas e consolidar o regime.

O Bombardeio da Bahia, enquanto evento clímax e tema deste capítulo, está inserido dentro de uma historicidade, um processo cujo antecedentes, motivações, personagens e o próprio estopim, nos levam a compreender que um momento (acontecimento) é parte de um movimento, o movimento da história. Considerar o evento como parte de um movimento é dizer que o bombardeio da sua capital, Salvador, não é de fato um evento isolado e descolado do momento político baiano na Primeira República marcado pelas disputas internas e partidárias, muito menos considerar o bombardeamento apenas como resultante da política salvacionista, simplificando a análise e o contexto mais complexo que o evento exige. Para evitar mimetismos e simplificações é preciso considerar seus antecedentes que transcorrem no fim de 1910, com a eleições municipais para os cargos eletivos a intendente (prefeito) programadas para o início de 1911 e as eleições legislativas para compor a assembleia estadual como os antecedentes para o bombardeamento da capital baiana em janeiro de 1912.

A eleições municipais no Brasil funcionavam como uma vitrine, um espelho, por meio da qual se media a expressão de um candidato e sua base de poder, podendo quem sabe sustentar uma candidatura para o executivo estadual.

As eleições municipais baianas previstas em 1911 trazem muito mais que o fortalecimento e o enfraquecimento da base de poder de um candidato. Elas prospectam, nos personalismos partidários e nas facções coronelistas, a força dos chefes políticos para conquistar a eleição. Falava-se em candidato “Seabrista”, candidato Severenista”, “Marcelinistas”. Estamos falando de correntes personalistas vinculadas ao chefe do partido e não ao partido em si. Essa não é apenas uma realidade da política baiana, mas das experiências do chamado liberalismo oligárquico, cujos partidos eram verdadeiros hospedeiros para coronéis e oligarcas. Explica-se, assim, a expressão usada para alguns partidos na Bahia: “nascia mais um partido enraizado nas oligarquias tribais”, O PRB é o exemplo mais notório.

As eleições municipais de 1911 seriam importantes para explicar os desdobramentos seguintes. O clima de tensão com a disputa para o cargo de intendente estava entre o candidato seabrista Júlio Brandão, da oposição, e João Santos, candidato da situação. Entretanto, com o resultado da eleição, ambos se declararam vitoriosos, o que era um sintoma para o que estava por vir com a eleições governamentais.

Os primeiros embates, entre situacionistas e opositoristas, levaram a força policial baiana a agir contra possíveis conflitos armados. Esse era um terreno fértil com ingredientes suficientes para uma possível intervenção federal em meio à instabilidade e à desordem política no estado.

As eleições para o legislativo estadual, programadas para 8 de janeiro de 1911, foram palco de disputas entre Seabristas, e as duas alas do PRB, Severenistas e Marcelinistas. Acerca dessa composição e sobre o cenário de disputa entre oposição e situação, o verbete acerca do “*Bombardeio de Salvador*” do CPDOC apresenta a disputa em torno da vitória seabrista na assembleia e o descontentamento da situação:

Em 8 de janeiro de 1911 foram realizadas as eleições estaduais. Três grupos disputavam vagas na Assembleia: marcelinistas, severinistas e seabristas. O grupo no poder não reconheceu a vitória seabrista. Este, por sua vez, prometeu fazer duplicata da Assembleia, solicitar habeas-corpus a seu favor, e tomar posse à força. O governador Araújo Pinho tentou assegurar que a decisão situacionista fosse mantida usando a polícia estadual, reforçada com a contratação de milhares de jagunços, para impedir as ações do grupo de oposição. Diante da crise, a política baiana entrou na pauta das reuniões realizadas no palácio do Catete, no Rio de Janeiro. O ministro da Guerra Mena Barreto, dando sinais de partidarismo político, nomeou para chefiar a região militar de Salvador o experiente general Sotero de Meneses, que havia atuado na repressão à Revolta da Vacina, no Rio de Janeiro, em 1904, em parceria com J. J. Seabra – na época, o futuro governador da Bahia era ministro da Justiça do governo Rodrigues Alves (1902-1906).⁶²

A composição da Assembleia estadual formada pela oposição seabrista, vitoriosa nas eleições, convenceu o governador do estado, Araújo Pinho (1908-1912), de que o uso da força era o caminho para desalojar a oposição seabrista e para nomear candidatos da situação a compor a assembléia. A força policial foi usada para fazer valer a situação juntamente com a contratação de jagunços para barrar a oposição, o que mostra a influência das coronéis na política baiana e nos partidos.

⁶²**Bombardeio de Salvador.** In: Dicionário histórico-biográfico brasileiro. Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas. <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/BOMBARDEIO%20DE%20SALVADOR.pdf>

Diante da ação do governador, a oposição então entra com um “*habeas corpus*” recorrendo à justiça para garantir a vitória dos candidatos seabristas na assembleia. Uma medida de força que acende ainda mais os ânimos chegando a ser pauta no Catete, o que demonstra a gravidade da situação a que chegou a política baiana em meio às disputas facciosas.

O clima de hostilidades chega a cessar quando situação e oposição entram em um acordo quanto à divisão da assembleia entre seabristas e as duas alas do PRB. Os seabristas ficam com 1/3 e o restante é dividido proporcionalmente entre as duas alas situacionistas. Nesse momento, é firmado um entendimento para compor a Assembléia. Porém, com a proximidade das eleições governamentais para o fim de 1911, a tensão aumentava na medida em que o clima de hostilidade se fazia valer no campo político.

Com vistas a manter ordem na capital, o Presidente Hermes da Fonseca ordena ao seu ministro da guerra, Dantas Barreto, o envio do Exército, o que é visto pelos políticos baianos da situação e pelo governador com certo desconforto, mas é uma atitude bem-vinda pela oposição que pretendia contar com o apoio do Presidente da República a um candidato da oposição. Tal candidato a governador era seu então ministro de viação e obras públicas, J.J. Seabra.

Em 22 de dezembro de 1911, em meio à situação desconfortável entre o governador e ala marcelinista do PRB e a presença constante do exército nas ruas da capital, o governador renúncia. Em meio à instabilidade político partidário com a renúncia do governador, o verbete descreve em detalhes esse momento da renúncia, a sucessão e a nomeação do governador interino:

A proximidade da eleição governamental e a iminência da vitória de Seabra aumentavam, contudo, o desconforto dos situacionistas. A tensão causada pela ostensiva presença do Exército na capital baiana, bem como os supostos desentendimentos de Araújo Pinho com o líder político José Marcelino só fizeram piorar os ânimos. Em 22 de dezembro de 1911, o governador renunciou. Faltava apenas uma semana para a realização das eleições estaduais e três meses para a conclusão do seu mandato. O substituto legal de Pinho era o presidente do Senado Estadual, cônego Manuel Leôncio Galvão. Porém, diante do clima de instabilidade política, e dos ares de guerra a soprar na cidade, o religioso não assumiu o governo, após alegar problemas de saúde. Aurélio Rodrigues Viana, catedrático da Faculdade de Medicina e presidente da Câmara dos Deputados, tomou posse, assim, como governador interino no mesmo dia da renúncia de Araújo Pinho. Aconselhado por Rui Barbosa, Viana tentou reduzir a pressão dos militares na política transferindo a

Assembleia estadual para o município de Jequié, distante mais de 300km de Salvador, com reunião marcada para o dia 15 de janeiro de 1912. A reunião teria como objetivo resolver a questão da renúncia de Araújo Pinho e oficializar a nova data da eleição para o governo da Bahia.⁶³

Em meio aos trâmites para a sucessão legal de Araújo Pinho, o presidente do senado estadual Manuel Leoncio Galvão nega-se a assumir o governo alegando problemas de saúde, passando para o presidente da câmara dos deputados a tarefa de assumir o governo interinamente. Aurelio Rodrigues Viana, presidente da câmara dos deputados aceita o cargo e assume no mesmo dia da renúncia de Araújo Pinho. Aconselhado por políticos próximos a amenizar a situação desconfortável com a presença do exército na capital e na política, decide por transferir a assembleia estadual para o Jequié, município baiano, a mais de 300 km da capital.

Tal medida provocou insatisfação do presidente do senado estadual que desejava que a sessão da assembleia se reunisse na capital, no mesmo tom da ala de deputados seabristas que se recusaram a se deslocar da capital uma parte dos deputados, portanto, permaneceu em Salvador e a outra foi para Jequié. Em meio a isso, sai uma medida judicial provocada por seabristas. Essa ordem visava estabelecer que a sessão se reunisse na capital baiana e não mais no interior. Fazendo valer cumprir a ordem judicial o Presidente da República ordena ao Gen. Sotero de Meneses, comandante de área, que fizesse valer a ordem judicial, uma demonstração clara e evidente da intervenção federal nas decisões da política estadual.

O comandante geral de área de Salvador, membro do exército, chegou a se reunir com o governador interino Aurélio Viana na tentativa de convencê-lo, mas sem sucesso. Diante da recusa de atender à ordem judicial e a aceitar as pressões do comandante de área, a ordem do catete era o bombardeamento da cidade e assim ocorreu no início da tarde de 10 de janeiro de 1912. O verbete novamente apresenta esse momento de tensão:

Diante da recusa de Viana em atender ao ultimatum do general Meneses, no dia 10 de janeiro de 1912 foi dada a ordem para o bombardeio da capital baiana. Do forte de São Marcelo foram feitos os primeiros disparos. Os canhões da fortaleza do Barbalho e do forte São Pedro também entraram em ação. Foram atingidos o Palácio do Governo, a Câmara, o Teatro São João, a Biblioteca Pública e a Intendência. Não

⁶³ _____. In: Dicionário histórico-biográfico brasileiro. Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas. <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BOMBARDEIO%20DE%20SALVADOR.pdf>.

há números exatos sobre as baixas. Os dados oficiais apontam aproximadamente 20 mortos, enquanto a revista A Careta, no Rio de Janeiro, anunciou mais de 500 perdas. No dia seguinte, sob os destroços da cidade, Aurélio Viana depôs as armas e renunciou ao cargo de governador. Assumiu o governo o conselheiro Bráulio Xavier da Silva Pereira, presidente do Tribunal de Apelação e o próximo nome na lista de sucessão governamental. A Assembleia reuniu-se em Salvador e marcou a eleição para 28 de janeiro de 1912.⁶⁴

A imprensa baiana e nacional repercutiu o bombardeio da capital um dia após os incidentes. No mesmo dia, o governador interino renúncia ao cargo assumindo o conselheiro do tribunal de justiça da Bahia Bráulio Xavier da Silva Pereira. A imprensa mostrava-se descrente com as ordens do presidente da República de bombardear a capital de uma unidade da federação, gerando uma crise no governo Hermes da Fonseca com demissões, entre eles o do comandante da armada, Joaquim Marques Batista Leão, e até discussões que envolveriam o ministro da guerra Mena Barreto.

Diante da crise, Hermes da Fonseca solicita a Sotero de Menezes a volta de Aurélio Viana ao cargo, o que resultou em desordens nas ruas de Salvador entre populares, comerciantes e forças policiais contra a volta do então ex-governador interino. Este diante dos riscos a que estava exposto, procurou refugiar-se no consulado francês em Salvador. No dia seguinte Bráulio Xavier assume novamente o governo e define a eleições ao governo estadual. O vitorioso nas eleições ao governo seria Seabra, candidato da oposição apoiado pelo governo central. Governou a Bahia no quadriênio de 1912-1916.

⁶⁴ _____. In: Dicionário histórico-biográfico brasileiro. Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas. <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BOMBARDEIO%20DE%20SALVADOR.pdf>.

Considerações finais

Com a elaboração do trabalho de pesquisa, pude aprofundar e fazer do interesse que eu tinha em estudar o coronelismo e suas variações regionais complexas e dinâmicas, um caso que me trouxesse recordações das inúmeras visitas à Bahia, o que recordei com carinho.

A escolha da Bahia e o estudo do coronelismo baiano, às vezes, se mostram desafiadores ao pesquisador. Isto porque, na primeira hora, tende-se a compreendê-lo como mais um entre outros “coronelismos”, o que é enganoso. O coronelismo baiano tem raízes na formação sociopolítica do país, mas possui peculiaridades regionais que o diferenciam de outras formas assumidas na região Nordeste

O coronelismo, como outras práticas históricas da manifestação do poder privado, assumiu na Primeira República característica própria com elos que envolveriam atores nas três instancias de poder: federal, estadual e municipal. Sem esses elos que envolviam o sistema coronelista, seria impossível o princípio básico que norteia o jogo político dos coronéis e das estâncias de poder a partir do arranjo político desenvolvido por Campos Sales, a “Política dos governadores ou Política dos estados”, a premissa do compromisso.

O enfraquecimento do poder do mandão local no Império como resultado do questionamento de sua supremacia enquanto proprietário e senhor absoluto que controla amplos domínios de terras e das gentes, fazendo em seu reduto tudo o que o beneficie, contrasta no cenário republicano com a necessidade de votos do poder estadual, o que o vincula aos coronéis. É estritamente uma relação de dependência e troca de favores.

Se o coronel organiza seu reduto e compõe seu eleitorado em favor do governo estadual, o estado fornece status e prestígio político para o poder do coronel. O governo do estado não se envolve no município onde o coronel tem carta branca e faz o que bem quer. Por sua vez, o coronel não se envolve nos assuntos do estado.

O novo regime proclamado a 15 de novembro encontrou desconfiança entre as elites baianas advindas do Império cujo poder econômico estava no sistema escravagista. Essas elites, na República, reivindicam participação na política mais efetiva e nos espaços de poder. Entretanto, com a mudança de regime, emergem novos agrupamentos políticos e com eles a relação de forças também se altera.

A instabilidade nos anos iniciais na República é também sentida no processo político de formação dos partidos baianos. A série de partidos constituídos e desfeitos por cisões internas e lutas entre facções de um mesmo partido enfraqueceu a capacidade da política baiana de criar uma estrutura partidária forte e sólida como os PRs. (Partidos Republicanos), abrindo espaço para os personalismos. É interessante no caso baiano um fator que contribuiu para esse cenário tão instável: a ausência de grupos econômicos com interesses comuns que pudessem dirigir o estado nesse novo regime. A falta de interesses comuns desses grupos me parece ser a justificativa mais aceita, todavia, a situação política desfavorável não contribuía para esses grupos se inserirem na política estadual, deixando um vácuo de poder para as lutas entre as facções partidárias e os coronéis correligionários do sertão e do litoral.

Outra situação, é que coube ao governo estadual ter que conviver com duas situações: lidar com cisões e disputas internas no mesmo partido e entre alas, e lidar com a violência que irrompia entre coronéis nas disputas regionais do sertão, espaço em que o governo estadual não era hegemônico e tinha dificuldades de angariar apoio. Isso pode ser explicado por dois motivos: os coronéis do sertão não eram fiéis às máquinas partidárias e viam com desconfiança um apoio à situação no estado. Por isso, a dificuldade encontrada do estado no relacionamento com esses coronéis. Os interesses dos coronéis do sertão não eram os interesses do governo, assim como o grau de dependência do governo era menor. Quando irrompia uma disputa local, o governo estadual não se atrevia a intervir com o receio de perder o controle da situação, deixando a oposição no estado fortalecida, caso o governo central resolvesse apoiar. Já os coronéis do litoral criaram uma certa dependência econômica do financiamento do estado para se manterem, assim como também a necessidade dos contatos entre esses coronéis e o meio político, incluindo até negócios tratados diretamente com o governador.

Os interesses dos coronéis são diversos no espaço regional, não havendo homogeneidade dos projetos políticos de poder. O governo estadual teria teoricamente que saber lidar com tais conflitos, porém no caso do governador Luís Viana, as expedições policiais enfrentaram interesses que não são os da situação, o que foi uma armadilha política.

A fissura política republicana e a instabilidade partidária promoveram na Bahia situações que culminaram nas intervenções e no bombardeio da capital e trouxeram para o plano da cena política um novo ator, os militares, o exército em especial. Minha intenção com este trabalho foi apresentar um panorama do cenário político baiano nos tempos iniciais da República, mostrando que era possível constituir a estabilidade política e estruturas partidárias fortes. Entretanto, as rivalidades por poder

político intrapartidários enfraqueceram e levaram à ruína as chances de manter alguma estabilidade política estadual e atrair grupos econômicos, tornando a economia baiana diversa, o que não era uma realidade já que sua economia ainda estava vinculada ao açúcar, o tabaco e o cacau.

A Bahia das lutas pela liberdade, é a Bahia que conviveu com a desordem e o caos na sua política com a República, que sofreu intervenções, mas nunca deixou de ser protagonista.

Referências

Bibliografia

NUNES LEAL, Victor. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. **O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico**. In: Jorge Ferreira, DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo oligárquico: 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BLONDEL, Jean. **As condições da Vida Política no Estado da Paraíba**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1957.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Coronelismo numa interpretação sociológica**. In: FAUSTO, Boris (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**: 8ª ed. Rio de Janeiro: Tomo III, Volume 8, Bertrand Brasil, 2006.

_____. Maria Isaura Pereira de. **O Mandonismo local na vida política brasileira**.: São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

Coronelismo. In: Dicionário histórico-biográfico brasileiro. Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas. <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/coronelismo>

PANG, Eul-soo. **Coronelismo e oligarquias, 1889-1934: A Bahia na primeira república brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. 269 p.

FALCÓN, Gustavo. **Os Coronéis do Cacau**. 2ª ed. revisada, Salvador: Solisluna editora, 2010.

As metamorfoses do coronel. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 2001.

QUADROS, Consuelo Novais Soares de. **Os Partidos Políticos da Bahia na Primeira República.** Tese (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA. Salvador: 1973.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem. Teatro de sombras.** 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

NEGRO, A. L., & Brito, J. **Mãe parálitica no teatro das oligarquias? o papel da Bahia na Primeira República para além do café-com-leite.** *Varia História*, 29(51), 2013, p. 863.

MENDES, Hugo Santiago. **O Bombardeio de 1912. Disputa política e cotidiano na Bahia na Primeira República.** Tese (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA. Salvador: 2019, pp. 10-11.

AMADO, Jorge. **Cacau.** 52º edição. Rio de Janeiro: Record, 2000, pp.4-5.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Brasil: uma biografia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Política das Salvações. In: Dicionário histórico-biográfico brasileiro. Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas.

Bombardeio de Salvador. In: Dicionário histórico-biográfico brasileiro. Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas. <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BOMBARDEIO%20DE%20SALVADOR.pdf>.

VISCARDI, Cláudia M.R.; FIGUEIREDO, Vítor Fonseca. **Eleições na Primeira República: uma abordagem alternativa acerca da participação popular.** *Locus -Revista de história*, Juiz de Fora, v.25, n. 2, p.12-36, 2019.

MCCANN, Frank D. **Soldados da pátria: história do Exército Brasileiro: 1889-1937.** São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2009. p. 28.